

JORNAL

DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO



ANO 13 / Nº 47

DEZEMBRO 2018



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

Quais os projetos em disputa na Psicologia?

É chegado o momento de pensar e propor diretrizes de ações para os Conselhos de Psicologia para os próximos três anos. Mas, primeiro, precisamos nos questionar: o que se insinua para a Psicologia nos tempos atuais?

ATENDIMENTO ON-LINE

Confira os procedimentos obrigatórios para que a (o) psicóloga (o) possa oferecer esse serviço.

p. 04

ENTREVISTA

A psicóloga Maria Helena Zamora analisa o cenário brasileiro atual e seus desafios para a Psicologia.

p. 14

30 HORAS

CFP e CRP-RJ mobilizados pela aprovação das 30 horas semanais para psicóloga (o).

p. 28

SUMÁRIO

EDITORIAL	p. 03
ATENDIMENTO ON-LINE	p. 04
PSICOLOGIA DIGITAL	p. 05
SÓCIOEDUCAÇÃO	p. 06
CAPA	p. 08
ENTREVISTA	p. 14
EVENTO	p. 17
12ª MOSTRA	p. 18
SAÚDE MENTAL	p. 22
LEITURA RECOMENDADA	p. 24
DIA DA (O) PSICÓLOGA (O)	p. 26
PROJETO DE LEI	p. 28
BAIXADA	p. 30
REGIÃO SERRANA	p. 31
NORTE-NOROESTE	p. 32
DIVERSIDADE	p. 33
PRESTAÇÃO DE CONTAS	p. 34
ANUIDADE	p. 35

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca
CEP: 20260-280 - Tel./Fax: (21) 2139-5400

Diretoria Executiva

Rodrigo Acioli Moura (crp 05/33761), Presidente
Marília Alvares Lessa (Crp 05/1773), Vice-presidente
Achiles Miranda Dias (Crp 05/27415), Tesoureiro
Viviane Siqueira Martins (crp 05/32170), Secretária

Conselheiros Efetivos

Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448)
Juraci Brito Da Silva (Crp 05/28409)
Mônica Valéria Affonso Sampaio (Crp 05/44523)
Patrick Sampaio Braga Alonso (Crp 05/32004)
Rita de Cássia Ramos Louzada (Crp 05/11838)
Roberto Stern (Crp 05/1700)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
Roseli Goffman (Crp 05/2499)
Simone Garcia Da Silva (Crp 05/40084)
Thiago Melicio (Crp 05/35915)

Conselheiros Suplentes

Eliana Olinda Alves (Crp 05/24612)
Evelyn Rebouças De Gouvêa (Crp 05/41205)
Fabiola Foster De Azevedo (Crp 05/42893)
Giovanna Marafon (Crp 05/30781)
Ismael Eduardo Machado Damas (Crp 05/42823)
Janaina Sant'Anna Barros Da Silva (Crp 05/17875)
José Henrique Lobato Vianna (Crp 05/18767)
Juliana Gomes Da Silva (Crp 05/41667)
Maria Da Conceição Nascimento (Crp 05/26929)
Paula Kwamme Latgé (Crp 05/38749)
Saulo Oliveira Dos Santos (Crp 05/31988)

Comissão Editorial

Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Roseli Goffman (Crp 05/2499)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
José Novaes (Crp 05/980)

Redação, Edição e Fotos

Felipe Simões, jornalista responsável (MTb 31728/RJ)
Marcos Vinícius (estagiário)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

**Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de
responsabilidade dos autores, não refletindo neces-
sariamente a opinião do CRP-RJ.**

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho
Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: ascom@crprj.org.br

A PERTINENTE PARTICIPAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO 10º CNP/COREP



Prezada(o) colega, esta edição tem como tema principal o 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e o 10º Congresso Regional da Psicologia do Rio de Janeiro (COREP), momentos esses muito importantes para a Psicologia fluminense e brasileira. Em 2019, o CNP e o COREP completam 25 anos de implementação de medidas e instrumentos que democratizam a tomada de decisões no Sistema Conselhos de Psicologia.

Em sua 10ª edição, o Congresso Nacional de Psicologia tem como tema: “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”. Seu objetivo principal é garantir a participação direta das (os) psicólogas (os) no processo de deliberação das ações a serem desenvolvidas pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no decorrer dos próximos três anos, valorizando, assim, a nossa participação e protagonismo como profissionais.

Toda (o) profissional da Psicologia, ao estar em dia com suas atribui-

ções junto ao CRP, tem o direito de participar destes eventos para discutir os novos rumos da nossa profissão. Algumas/alguns psicólogas (os) não participam, direta ou indiretamente, destes eventos por ainda os desconhecerem. Outros não sabem o que é o Sistema Conselhos de Psicologia e acreditam que o Conselho é um órgão que só existe para cobrar as anuidades, fazer fiscalizações e julgamentos, caso necessário.

O Sistema Conselhos de Psicologia é formado pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. E, mesmo que cada Regional tenha jurisprudência apenas no seu respectivo estado, todos se reúnem para compartilhar e discutir o que há de peculiar e comum nas questões que permeiam o exercício profissional. É dessa forma que se constroem as orientações à categoria e os posicionamentos do Sistema Conselhos diante de tantos outros assuntos que, por ventura, atravessam a Psicologia, sem deixar de lado o dever de fiscalizar, regulamentar e zelar pelos princípios éticos, além de fomentar a Psicologia como ciência e profissão.

Nos últimos anos temos assistido ao desmonte das políticas de Saúde, Educação e Assistência Social, seja na redução dos repasses públicos a essas políticas – acarretando a perda de alguns serviços básicos – seja na precarização das relações de trabalho. Isso prejudica a atuação dos psicólogos inseridos nessas áreas, bem como produz uma grave desassistência à população usuária desses serviços. Da mesma forma, também assistimos a ações e declarações que sistematicamente tentam desvalorizar a atuação da Psicologia.

O (im)pertinente compromisso das (os) psicólogas(os) junto ao cenário social, político, cultural e econômico é algo sempre muito debatido e gera muitas concordâncias e discordâncias sobre o nosso real papel na sociedade. Por isso, não há momento mais oportuno para que os profissionais da Psicologia se aproximem do CRP para participar das diversas etapas regionais do Congresso Nacional da Psicologia. A participação da categoria é importante e fundamental na construção da Psicologia em nosso país. Esperamos vocês! ●

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE: CONFIRA OS PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA QUE A (O) PROFISSIONAL POSSA OFERECER ESSE SERVIÇO

PSICÓLOGAS (OS) INTERESSADAS (OS) DEVEM PREENCHER UM CADASTRO NO SITE DO CFP.

Publicada em maio desse ano, a Resolução nº 011/2018 do Conselho Federal de Psicologia regula a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologias da informação e da comunicação. Com isso, está autorizada a oferta on-line de serviços como: consultas e atendimentos psicológicos, processos de seleção de pessoal, supervisão técnica e aplicação de testes psicológicos, desde que devidamente autorizados pelo SATEPSI.

A resolução entrou em vigor no dia 10 de novembro de 2018. Porém, para que possam oferecer serviços em plataforma on-line e digital, as (os) psicólogas (os) deverão submeter-se aos seguintes procedimentos obrigatórios:

(1) CADASTRO ON-LINE: A (o) psicóloga (o) deverá realizar um cadastro pelo site “Cadastro e-Psi” (<https://e-psi.cfp.org.br/>), apresentando uma proposta de prestação de serviços psicológicos on-line e relacionando-os às tecnologias a serem usadas.

(2) ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CRP: Em seguida, o CRP fará uma análise técnica, ética e financeira da (o) profissional em questão. Para

que tenha seu pedido deferido, a (o) psicóloga (o) deve estar inscrita (o), ativa (o) e adimplente junto ao CRP, não podendo estar sob pena de suspensão ou cassação de registro profissional. Além disso, o CRP avaliará se a proposta de atendimento on-line apresentada encontra-se de acordo com o Código de Ética e demais resoluções do CFP.

Vale lembrar que apenas o preenchimento do cadastro on-line não habilita automaticamente a (o) psicóloga (o) a oferecer atendimento on-line. Somente após análise e aprovação do CRP-RJ essa (e) profissional estará devidamente certificada (o) para prestar tal serviço.

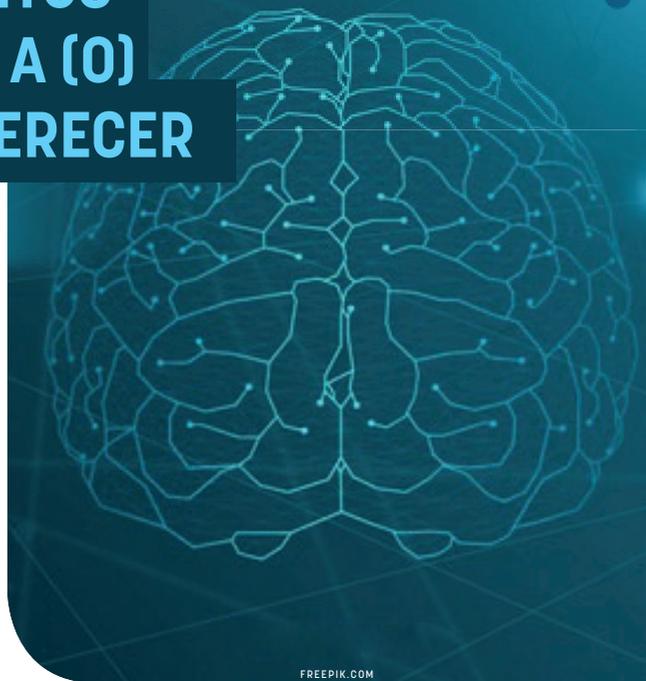
A (o) psicóloga (o) habilitada (o) a prestar atendimento on-line deverá:

(1) Manter atualizado o registro documental referente a cada atendimento realizado, conforme estabelecido na Resolução CFP nº 001/2009;

(2) Manter o cadastro atualizado anualmente no “Cadastro e-Psi”. Caso contrário, terá seu cadastro suspenso e perderá a autorização para prestação do serviço.

ATENÇÃO! É vedado o atendimento psicológico on-line a pessoas ou grupos em situação de emergência e desastres, violação de direitos e/ou violência. Nesses casos, a prestação do serviço psicológico deverá ser feita somente de forma presencial, conforme determinado pelos artigos 7 e 8 da Resolução nº 011/2018. A íntegra da resolução encontra-se disponível no site do CRP-RJ pelo link <www.crp.rj.org.br/site/legislacao/>.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ pelo e-mail cof@crprj.org.br ou pelo telefone (21) 2139-5400. ●



FREEPIK.COM

PSICÓLOGAS (OS) SE REÚNEM NA SEDE DO CRP-RJ PARA DEBATE SOBRE “PSICOLOGIA DIGITAL E CONTEMPORANEIDADE”



que é responsabilidade do psicólogo prestar um serviço de qualidade, independentemente do espaço de atuação”, destacou.

Resultado da pesquisa on-line

No encontro, também, foi divulgado o resultado da pesquisa levantada pelo CRP-RJ, entre setembro e outubro, sobre o perfil das (os) profissionais e estudantes interessadas (os) pelas novas demandas da Psicologia Digital. O levantamento teve participação de mais de 700 pessoas, 64% dos quais eram estudantes de Psicologia.

As psicólogas Luciana Nunes e Teresinha Anciães, integrantes do Grupo de Trabalho Psicologia Digital e Contemporaneidade do CRP-RJ, destacaram alguns pontos sobre o levantamento, dentre eles, “a participação significativa do psicólogo clínico” e seu interesse nas áreas digitais.

Outro assunto relevante debatido no encontro foram os transtornos emocionais decorrentes da Dependência a Jogos Eletrônicos, refletindo o movimento internacional a partir do qual foi incluída no CID 11, publicado recentemente pela Organização Mundial da Saúde, como Transtorno de Dependência a Jogos Eletrônicos. Além disso, foi discutida a preocupação sobre um posicionamento ético da (o) psicóloga (o) no mundo digital.

O debate foi transmitido ao vivo e on-line pela página do CRP-RJ no Facebook. Vá lá e confira! ●

EVENTO DEBATEU ATENDIMENTO ON-LINE E OUTROS TEMAS QUE RELACIONAM A PSICOLOGIA AO MUNDO DIGITAL.

Em 29 de outubro, o CRP-RJ recebeu psicólogas (os) para debater a Resolução CFP nº 11/2018, que fala sobre o atendimento on-line, além de outros temas que relacionam a Psicologia ao mundo digital, tais como: dependência em jogos eletrônicos, crimes cibernéticos e *fakenews*. Conduziram o debate as conselheiras do CRP-RJ Roseli Goffman (CRP 05/2499) e Viviane Martins (CRP 05/32170) e as psicólogas Teresinha Anciães (CRP 05/5403) e Luciana Nunes (CRP 05/15513).

A psicóloga fiscal da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ Helen Manhães (CRP 05/40664), também presente no encontro, falou sobre a nova resolução do CFP, que autoriza o atendimento psicológico on-line.

“O Conselho Federal de Psicologia está usando na resolução o termo ‘atendimento psicológico’ no lugar de ‘psicoterapia’. Como a psicoterapia não é uma prática exclusiva da Psicologia, preferiu-se como tal para deixar bem marcado o nosso lugar. Então, nesta resolução, onde vocês lerem ‘atendimento psicológico’, é sinônimo de ‘psicoterapia’”, pontuou.

A psicóloga fiscal também lembrou diretrizes do Código de Ética da (o) Psicóloga (o) para nortear a prática *psi* por meio de tecnologias da informação e da comunicação. “Nosso Código de Ética diz que devemos avaliar ética, técnica e profissionalmente se temos condições de dar conta de determinada demanda. E, além disso, afirma

CONFERÊNCIA SOBRE O TRABALHO DA PSICOLOGIA NA SOCIOEDUCAÇÃO REÚNE MAIS DE 50 PROFISSIONAIS NA SEDE DO CRP-RJ

EVENTO RESULTOU NA CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO ESTADUAL PARA DEBATER E PROPOR DIRETRIZES PARA A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO CAMPO SOCIOEDUCATIVO.

Psicólogas (os) e profissionais que atuam no sistema socioeducativo de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro marcaram presença na I Conferência Sobre o Trabalho da Psicologia na Socioeducação, ocorrida em 16 de agosto na sede do CRP-RJ. Promovido pelo CRP-RJ em parceria com o DEGASE, o evento reuniu mais de 50 profissionais que se mobilizaram para apreciar as 41 propostas de diretrizes técnicas e éticas para a atuação *psi* na área, aprovadas durante os seis encontros regionais que percorreram o estado entre maio e julho de 2018.

Além da votação de propostas, ao final do evento, 14 psicólogas (os) que atuam no meio aberto e fechado constituíram um grupo de trabalho sobre Socioeducação para construir as diretrizes do exercício profissional a par-

tir das propostas apreciadas na I Conferência.

O evento foi aberto pela então conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), pelo psicólogo do DEGASE e conselheiro-coordenador do Eixo de Socioeducação da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ, Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), e pela coordenadora da Escola de Gestão Socioeducativa, Janaína Abdala.

DEBATE

A seguir, teve início o debate com participação de Esther Arantes (CRP 05/3192), psicóloga, professora da PUC-RIO e da UERJ, Cláudio Vieira da Silva (CRP 05/9516), psicólogo e ex-coordenador nacional do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeduca-

tivo), e Christiane Zeitoune (CRP 05/11636), psicóloga e coordenadora de Saúde do DEGASE.

Na avaliação de Esther Arantes, a Socioeducação deve ser pensada dentro de uma rede complexa, que abrange diversas políticas públicas. “Não basta o DEGASE. Ele, por si só, não vai resolver a questão. É preciso uma rede de saúde, educação, assistência e convivência familiar e comunitária, sem a qual a chamada proteção integral, que é a base do Estatuto da Criança e do Adolescente, não será implementada”, afirmou.

Cláudio Vieira falou sobre a importância do SINASE e criticou o modelo de encarceramento em massa da juventude. “Hoje, temos 25 mil adolescentes presos no Brasil. O Rio de Janeiro tinha cerca de 900 e, depois da Copa e



ARQUIVO CRP-RJ
Conselheiro Juraci Brito na abertura do evento

da Olimpíada, esse número saltou para mais de 2 mil. Todos encarados no mesmo espaço físico, com o mesmo número de profissionais, sem a estrutura necessária para promover uma Socioeducação de fato”, ponderou.

documentos e Eixo III – Direitos Humanos/Temas transversais.

Todas as propostas aprovadas na I Conferência servirão como material de referência para a produção de diretrizes para o exercício

Psicologia, contribuindo para a construção de documento nacional de referências para atuação *psi* na área.

RELEMBRANDO

Entre maio e julho de 2018, o CRP-RJ e o DEGASE promoveram uma agenda de eventos regionais para debater, de forma coletiva e interdisciplinar, a prática *psi* no campo socioeducativo. Esse ciclo de debates percorreu todas as regiões do estado do Rio e mobilizou cerca de 250 participantes, entre psicólogas (os), assistentes sociais, pedagogas (os), estudantes de Psicologia e profissionais da Vara da Infância.

Em maio, foram realizados eventos na Ilha do Governador (na Zona Norte do Rio) e em Nova Iguaçu. Em junho, os eventos percorreram Mangaratiba e Campos dos Goytacazes. Em julho, o debate chegou a Teresópolis e Volta Redonda.

A cobertura completa de todos os eventos regionais e também da I Conferência encontram-se disponíveis em nosso site pelo link <<http://www.crprj.org.br/site/category/socioeducativo/>>. ●



ARQUIVO CRP-RJ

Da esq. para dir.: Esther Arantes, Cláudio Vieira e Christiane Zeitoune

Christiane Zeitoune defendeu que a política da Socioeducação deve ser pautada pela lógica da desinstitucionalização e destacou o trabalho realizado no DEGASE para a redução da medicalização do adolescente. “Com o trabalho desenvolvido na construção de protocolos clínicos, colocamos o psicólogo como o primeiro profissional na linha de cuidado. Com esse manejo psicossocial, reduzimos entre 17% e 20% o uso de psicotrópicos nas unidades, buscando dar um outro acolhimento e escuta a esse adolescente”, disse.

profissional da (o) psicóloga (o) na Socioeducação no Rio de Janeiro.

Ainda, essas propostas serão enviadas ao Grupo de Trabalho Nacional “Atuação da Psicologia no Contexto das Medidas Socioeducativas”, composto por representantes do Sistema Conselhos de

VOTAÇÃO DE PROPOSTAS

Após a mesa de debates, as (os) participantes discutiram as propostas aprovadas nos encontros regionais conforme os eixos temáticos: Eixo I – Papel das (os) psicólogas (os) no Sistema Socioeducativo, Eixo II – Produção de

Psicólogas (os) de diversas regiões do estado marcam presença na I Conferência.



ARQUIVO CRP-RJ

10º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA (CNP): QUAIS OS PROJETOS EM DISPUTA NA PSICOLOGIA?

EM 2019, CHEGAREMOS À 10ª EDIÇÃO DO CNP, QUE SE CONSOLIDA COMO UM ESPAÇO DA (O) PSICÓLOGA (O) E UMA CONQUISTA DA PROFISSÃO.

Em 2019, as (os) psicólogas (os) brasileiras (os) têm um importante compromisso: contribuir de forma coletiva na construção do futuro da Psicologia. Mais do que nunca, é preciso debater nosso papel ético-político como profissionais de Saúde Mental e pensar estratégias de valorização da prática e do saber *psi*. É com essa tarefa que chegaremos à 10ª edição do Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que acontecerá entre 30 de maio e 2 de junho de 2019 em Brasília. Realizado a cada três anos, o CNP representa a maior oportunidade para a categoria propor diretrizes para a atuação dos Conselhos de Psicologia.

“O CNP é a instância mais democrática existente nos Conselhos Profissionais. Nele, são definidas as diretrizes de ações políticas que serão priorizadas no triênio seguinte pelas gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia”, destaca a psicóloga Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), conse-

lheira-coordenadora da Comissão Organizadora do 10º Congresso Regional da Psicologia do Rio de Janeiro (COREP), etapa estadual do CNP.

Esse importante dispositivo democrático representa uma renovação do compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia na busca não apenas de fortalecer a profissão como também ampliar os canais de diálogo com a sociedade. Desde o primeiro CNP, em 1994, a Psicologia brasileira – atenta aos diversos vetores políticos, econômicos, históricos, sociais e culturais que atravessam a sua prática – tem reforçado sua preocupação com a atuação ética, voltada à garantia dos direitos e à afirmação de subjetividades autônomas e criativas.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), professor do Instituto de Psicologia da UFRJ e membro da diretoria-executiva do Conselho Federal de Psicologia, destaca que “os CNPs surgem no

contexto pós-redemocratização do país e refletem, de modo análogo, a democratização da própria Psicologia”. Segundo ele, “é nesse contexto que se oficializa, em 1987, o primeiro Código de Ética pós-ditadura e constata-se a inserção (e posterior crescimento) da presença de psicólogos nas políticas públicas, fato que fez com que os profissionais se mobilizassem diante das teorias e metodologias que não se adequavam às novas necessidades e ao contexto de desigualdades vivenciado no país”.

Cada edição do CNP expressa as problemáticas, os desafios e as possibilidades do fazer *psi* nos mais diversos espaços, levando em consideração o contexto do momento. Por isso, ao pensar e propor diretrizes para os Conselhos de Psicologia, cada psicóloga (o) deve primeiro se perguntar: o que se insinua para a Psicologia nos tempos atuais? Que projetos ético-políticos estão em disputa em nossa profissão?

O que é o CNP?

O 10º CNP tem como temática “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao

Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais". Ele é composto de quatro etapas e se inicia com a mobilização regional das (os) psicólogas (os) em cada estado brasileiro, reunindo-se para debater, pensar e elaborar propostas. Os chamados Eventos Preparatórios, promovidos pelos CRPs, são os espaços organizados para esse fim. No estado do Rio de Janeiro, o CRP-RJ já realizou, desde agosto de 2018, quase 50 Eventos Preparatórios por diversos municípios.

A etapa seguinte, os Pré-Congressos, é a fase mais importante do processo, pois é quando as propostas são debatidas e votadas e também quando é eleita a delegação que participará do COREP. Para cada duas (dois) psicólogas (os) votantes presentes nos Pré-Congressos, uma (um) poderá eleger-se delegada (o) para o COREP. Por esse motivo, a participação do maior número de profissionais nesta etapa é fundamental.

"O CRP-RJ, através da Comissão Organizadora do COREP, quer garantir uma ampla participação dos psicólogos em cada fase desse processo. Por isso, serão organizados um total de 26 Pré-Congressos em diversos municípios de todas as regiões do estado", antecipa Marília Lessa.

O COREP é a terceira etapa do CNP. No Rio de Janeiro, ele ocorrerá entre 5 e 7 de abril de 2019, reunindo as (os) delegadas (os) eleitas (os) nos Pré-Congressos. Segundo explica a conselheira do CRP-RJ, "o COREP aprecia, sistematiza e aprova as propostas que irão para a etapa nacional, o CNP. No COREP, não são formuladas novas propostas. Também nele, são elei-

EVENTOS PREPARATÓRIOS

São eventos temáticos sobre as diversas práticas da Psicologia para mobilizar as (os) psicólogas (os) a pensar e produzir propostas para votação nos Pré-Congressos. O CRP-RJ tem promovido eventos preparatórios desde agosto de 2018. Até o fechamento desta edição, 49 desses eventos haviam sido realizados pelo estado do Rio.



PRÉ-CONGRESSOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

Mais importante etapa de participação da categoria, é neles onde ocorrem a votação de propostas e eleição de delegadas (os) para o COREP. Quanto maior o número de participantes nesta etapa, maior será a delegação eleita para o COREP. Por isso, o CRP-RJ está organizando uma agenda de 26 Pré-Congressos em municípios de todas as regiões do estado.



CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA (COREP)

O COREP-RJ acontecerá entre 5 e 7 de abril de 2019 no Rio de Janeiro. Nele, serão debatidas e votadas todas as propostas aprovadas nos Pré-Congressos e também eleita a delegação que representará o estado do Rio no CNP.



CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA (CNP)

O 10º CNP acontecerá em Brasília entre 30 de maio e 2 de junho de 2019, reunindo delegadas (os) eleitas (os) em todos o COREPs do país para debater e votar as propostas que servirão como diretriz para atuação do Sistema Conselhos até 2022.

tos os delegados que representam o Rio de Janeiro no CNP”.

No CNP, as delegações de todos os estados votarão as propostas aprovadas nos COREPs. As propostas aprovadas nessa fase final comporão um Caderno de Deliberações que deve ser seguido pelas futuras gestões dos Conselhos de Psicologia.

“É fundamental o envolvimento dos psicólogos nessa construção coletiva das ações e definição das políticas nacionais e regionais a serem desenvolvidas pelos Conselhos de Psicologia. Por isso, esperamos uma grande participação da categoria nos eventos que acontecerão no estado do Rio. Nossa expectativa é de que o Rio de Janeiro possa levar uma delegação que represente de forma significativa os psicólogos e a Psicologia do estado”, revela Marília Lessa.

Avanços para a Psicologia

Em 24 anos, as deliberações aprovadas nos CNPs traduziram-se em avanços reais para a Psicologia, as (os) psicólogas (os) e a sociedade. Algumas das mais importantes resoluções do CFP foram propostas pela categoria durante os CNPs, tais como a 001/1999, que proíbe a patologização da homossexualidade, a 018/2002, que estabelece as normas para atuação frente ao preconceito e discriminação racial, e, mais recentemente, a 001/2018, que veda a patologização da transexualidade e das travestilidades.

Também foram fruto de deliberações da categoria a criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), as Mostras de Práticas em Psicol

gia e a recente Resolução 011/2018, que regulamenta o atendimento on-line. Outros exemplos importantes são o protagonismo da Psicologia na Reforma Psiquiátrica e a inserção progressiva e qualificada nas políticas públicas.

Para Pedro Paulo, os CNPs são importantes por “afirmar a democracia como método de gestão [do Sistema Conselhos] e uma Psicologia que é chamada a analisar as relações históricas, sócio-políticas, coletivas e interpessoais, intrínsecas à construção dos processos de subjetivação e fundamentais para repensar o papel do psicólogo como agente de mudança social”.

“Através da desindividualização das questões do sujeito, há espaço para um olhar ampliado que pense a subjetividade principalmente como produto da estrutura social e suas forças”, acrescenta o professor da UFRJ. “As diretrizes aprovadas ao longo das nove edições do CNP trouxeram os avanços que permitiram – e permitem – tornar o exercício da Psicologia cada vez mais próximo dos ideais de coletivização e politização da profissão”.

O CNP representa uma oportunidade de a (o) psicóloga (o) ser protagonista no processo de construção da própria profissão. São as (os) profissionais atuantes nos diversos espaços sociais – e que conhecem os desafios, impasses e as potencialidades da sua prática – que podem alimentar o CNP com ideias e propostas. Sem a participação da categoria, portanto, esse projeto coletivo e democrático perde sentido.

“Mais do que nunca, esses encontros coletivos que o CNP e o CO-

REP favorecem são necessários e a participação de todos é fundamental”, enfatiza Cecília Coimbra (CRP 05/1780), professora aposentada da UFF, vinculada à Pós-Graduação de Psicologia, fundadora e atual membro da diretoria colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. “Acompanhei de perto esse processo de organização do CNP quando estive na diretoria do CRP-RJ [entre 2004 e 2007]. Foi quando pude perceber a importância de uma discussão coletiva com relação às nossas práticas”, afirma.

De que Psicologia estamos falando?

Pode-se dizer que os CNPs mudaram a cara da Psicologia brasileira, alinhando a sua prática às demandas e urgências do cenário social brasileiro. Isso porque o CNP mobiliza a categoria a pôr em análise contínua sua atuação e problematizar a dimensão ético-política do seu fazer.

Cecília Coimbra reitera que toda a prática psicológica está vinculada a uma dimensão política. “Quando enfatizo isso, não estou apontando uma política de cunho partidário, mas, sim, uma postura diante da vida. Nossa atitude no mundo é sempre política, nossa prática profissional também. E, como psicólogo, como profissional que lida com as subjetividades, a sua postura diante do mundo deve ser em favor da afirmação de uma vida potente”, defende.

“A Psicologia é inexoravelmente política porque serve para conservar ou para transformar”, acrescenta Pedro Paulo. “A história da Psicologia no contexto brasileiro é marcada por uma grande mudança nos termos macropolíticos e de

maneira indissociável das transformações micropolíticas. Tal pontuação diz respeito justamente à tomada das subjetividades como objeto para uma Psicologia comprometida com o discurso social e a implementação de políticas públicas. Ou seja, parece haver uma mudança no cerne da própria Psicologia, de uma constituição privada para uma pública, assumidamente política”.

A dimensão política da atuação da (o) psicóloga (o) está diretamente relacionada à interface do seu fazer com as demandas da sociedade e seus indivíduos. Por isso, essas (es) profissionais devem estar atentas (os) ao cenário atual e como ele afeta os sujeitos.

“No Brasil e no mundo, estamos vivendo uma onda conservadora. Há alguns anos, eu já falava em ‘fascitização do cotidiano’, espalhada na população brasileira via meios de comunicação hegemônicos, que propagam a intolerância, a desqualificação do diferente e a humilhação, que vão se banalizando e naturalizando em nosso cotidiano. Por isso, como psicólogos, precisamos estar atentos a esse acirramento do conservadorismo”, declara Cecilia Coimbra.

Segundo a psicóloga, o papel da Psicologia deve ser questionar e problematizar essa conjuntura. “Nós, psicólogos, somos profissionais privilegiados no sentido de buscar entender as subjetividades e como elas são produzidas, pois temos as ferramentas para entender melhor o mundo e problematizá-lo. Nenhum de nós tem uma resposta a ser dada. Não temos de dar respostas, mas apresentar problematizações que surgem

das nossas práticas. É fundamental que eu analise as implicações das minhas práticas e os efeitos que elas produzem no mundo”.

“Se não fizermos, a todo o momento, uma análise de nossas implicações, vamos servir à política partidária dominante e às subjetividades capitalísticas. É importante repensar e ter dúvidas. Não tenho que ter certeza de nada. O tempo todo somos chamados a produzir verdades, mas nossas verdades são temporárias, mutáveis. Não existe verdade única e absoluta, apesar do que prega a filosofia dominante no Ocidente”, argumenta Cecilia Coimbra.



Para Pedro Paulo, a (o) psicóloga (o) deve estar atenta (o) aos efeitos que o atual momento produz nos sujeitos. “O contexto atual poderá produzir um efeito na população que a Psicologia, como saber científico desvinculado de uma lógica estritamente patologizante, criminalizante e medicalizante, e colocado em uma perspectiva de cuidado e promoção de direitos, deve posicionar-se”.

Segundo ele, “a Psicologia deve contribuir para a construção de subjetividades que possam estabelecer relações mais igualitárias e solidárias, em uma sociedade mais justa forjada por cidadãos mais saudáveis a partir de uma vida com direitos básicos garantidos. Psicólogos podem construir seu novo papel neste momento histórico, contribuindo, com suas teorias e práticas, na resistência aos retrocessos sociais e na elaboração coletiva de um novo projeto para o país”.

Com isso, o 10º CNP é uma oportunidade estratégica para que psicólogas (os) de todo o país reafirmem o compromisso social da Psicologia com a construção do bem-estar comum e de um tecido social mais equânime e justo, marcado pela liberdade e pelo respeito às diferenças.

“Está em voga na atualidade a falsa premissa de que, como psicólogos, temos de ter uma postura neutra. O mito da neutralidade científica já caiu por terra há muito tempo, mas, infelizmente, estamos retornando a essa ideia”, alerta Cecilia Coimbra. “Está em disputa, atualmente, uma Psicologia que vai se colocar como apolítica e neutra, mas que, obviamente, é parceira do conservadorismo, do controle, da disciplina e do extermínio. Nós, porém, temos que estar do lado da vida, não da morte. Temos de estar do lado de uma vida potente e criativa, onde a Psicologia assuma sua implicação política. Precisamos de uma Psicologia voltada para a potência do indivíduo, para a potência que está em cada um de nós”, diz a psicóloga. ●

SAIBA COMO PARTICIPAR DO 10º COREP E DO 10º CNP

O CNP é composto por quatro etapas distintas (veja mais na página 09). As duas primeiras etapas, de âmbito regional, são os Eventos Preparatórios e os Pré-Congressos. A terceira etapa, o COREP, é de âmbito estadual, e a última, o CNP, é de âmbito nacional. É fundamental que as (os) psicólogas (os) mobilizem-se para participar das etapas regionais, apresentando propostas nos Pré-Congressos e/ou candidatando-se a delegada (o) para o COREP.

Propostas

As propostas são diretrizes gerais sobre um tema ou uma área da Psicologia que servirão como direcionamento para a atuação do Sistema Conselhos. Elas podem ser de âmbito regional ou nacional. As de abrangência regional aprovadas no COREP nortearão a atuação do CRP. As nacionais serão encaminhadas para o CNP e, se aprovadas pelas (os) delegadas (os) de todo o país, servirão como diretrizes para todos os Conselhos de Psicologia.

Para elaborar sua proposta, você deverá baixar e preencher o formulário disponível no link “Formulário” do site <www.crprj.org.br/corep>. As propostas devem ser orações únicas, sem encaminhamentos. Serão aceitas somente as propostas apresentadas nesse formulário.

Cada proposta enviada será submetida à votação em apenas um

Pré-Congresso. Para que seja aprovada, a proposta deve obter ao menos 40% dos votos das (os) psicólogas (os) presentes no ato da votação. Já as propostas apreciadas no COREP, para serem aprovadas e enviadas ao CNP, deverão obter 50% + 1 dos votos das (os) delegadas (os) presentes.

Eleição de delegadas (os)

Para candidatar-se a delegada (o), a (o) psicóloga (o) deve participar de um Pré-Congresso e estar inscrita (o), ativa (o) e adimplente junto ao CRP-RJ. A cada dois profissionais presentes, um poderá ser eleita (o) delegada (o). Cada psicóloga (o) poderá participar de quantos Pré-Congressos desejar, com direito a voz e voto, podendo candidatar-se a delegada (o) em apenas um deles. Participarão do COREP apenas as (os) delegadas (os) eleitas (os) nos Pré-Congressos. No COREP, será eleita a delegação que representará o estado do Rio no CNP.

Estudantes

As (os) estudantes de Psicologia podem participar dos Pré-Congressos apresentando propostas e com direito a voz nas dis-

cussões, mas não a voto. Em cada Pré-Congresso, poderá ser eleita (o) um estudante como delegada (o) para o COREP. No COREP, os estudantes também terão direito a voz, mas não a voto. Ainda no COREP, as (os) estudantes escolherão dois representantes para ir ao CNP representando o Rio com direito a voz nas discussões nacionais.

Mais informações estão disponíveis no hotsite <www.crprj.org.br/corep>. Vai lá! ●

10º CNP: O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

1) CRP (escreva o número e a jurisdição do CRP):

2) Tipo de evento (marque uma opção de acordo com conceitos previstos no Regulamento do 10º CNP):

- Evento preparatório
- Pré-Congresso
- Participação on-line

3) Título do evento (escreva o título do Evento Preparatório ou Pré-Congresso):

4) Data do evento preparatório ou pré-congresso (escreva dia, mês e ano):

5) Data da elaboração da proposta (escreva dia, mês e ano):

6) Eixo (selecione um):

- J1º: Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos
- J2º: O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos.
- J3º: Do Exercício Profissional.

7) Âmbito administrativo (marque uma opção):

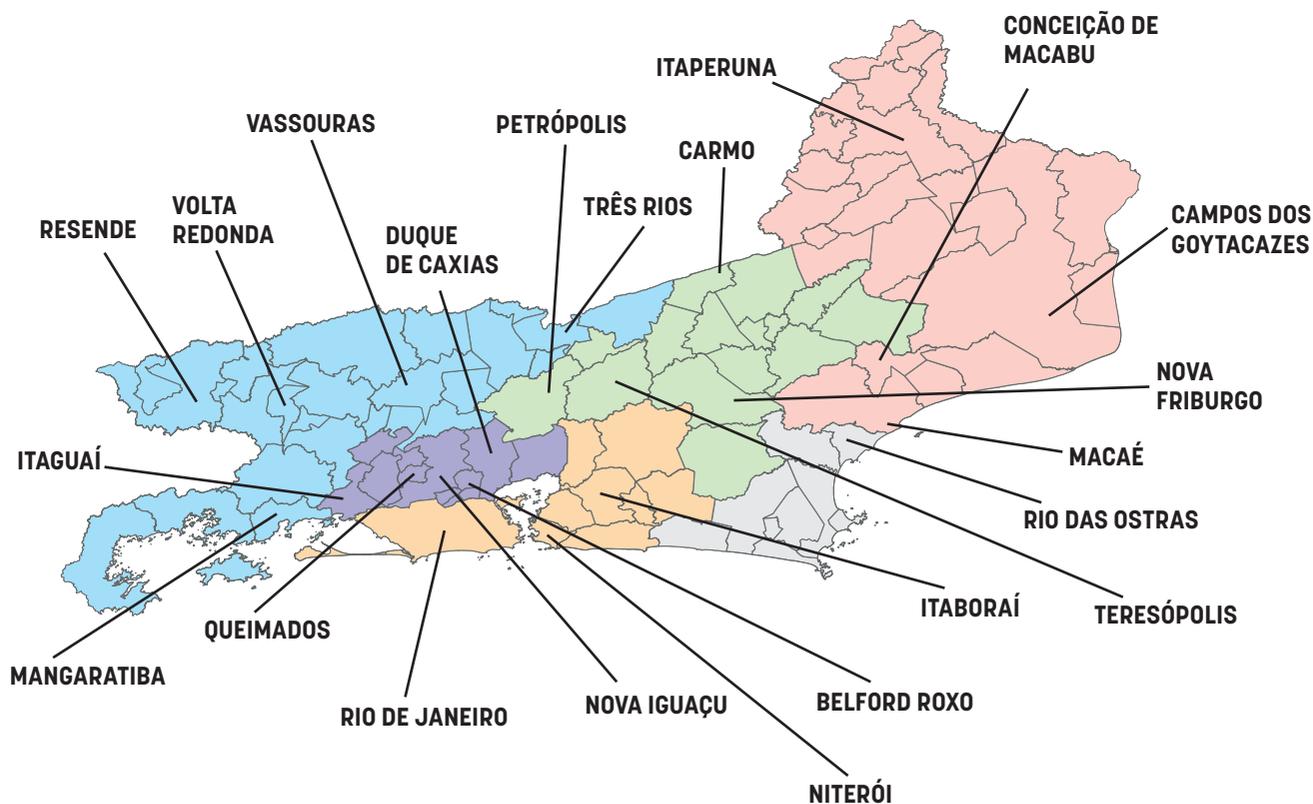
- Regional
- Nacional

8) Proposta (escreva o texto da proposta, lembrando que de acordo com o Art. 07, parágrafo único - Do Regulamento do 10º CNP: Parágrafo único: Propostas são diretrizes gerais sobre um tema ou uma área da Psicologia que deverão nortear a atuação da próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. As propostas devem ser orações únicas, sem encaminhamentos):

VEJA OS MUNICÍPIOS ONDE HAVERÁ PRÉ-CONGRESSOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

A Comissão Organizadora do COREP-RJ organizou uma agenda extensa de Pré-Congressos, contemplando, assim, municípios de todas as regiões do estado do Rio e garantindo ampla participação da categoria.

Confira abaixo no mapa os municípios onde haverá Pré-Congressos. Para mais informações sobre as datas e os locais de cada evento, acesse <www.crprj.org.br/corep/agenda>. ●





“É PRECISO PENSAR SE, ETICAMENTE, UM PROJETO POLÍTICO QUE GERA TANTO SOFRIMENTO E INCERTEZA PODE SER UMA OPÇÃO DE APOIO DOS PSICÓLOGOS. ISSO ME PARECE IMPOSSÍVEL”.

MARIA HELENA ZAMORA (CRP 05/12685) É PSICÓLOGA E PROFESSORA DOUTORA DA PUC-RIO. EM ENTREVISTA EXCLUSIVA AO JORNAL DO CRP-RJ, ELA FAZ UMA CONTUNDENTE ANÁLISE DE CONJUNTURA DO BRASIL E DA PSICOLOGIA E EXORTA AS (OS) PSICÓLOGAS (OS) A SEGUIREM NA RESISTÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA EM FAVOR DA VIDA E DOS DIREITOS: “LUTEM PELOS DIREITOS HUMANOS, PELA SAÚDE, PELO CUIDADO E PELA CIDADANIA. LUTEM PELA VIDA!”.

Abaixo a íntegra da entrevista.

**Jornal do CRP-RJ:
Que análise você faz do
atual momento político e
social de nosso país?**

Maria Helena Zamora: Este é o momento em que os projetos ne-

oliberais mais extremos vêm atacando diretamente os direitos já estabelecidos de trabalhadores e aposentados e propondo privatizações como a grande panaceia. Estão ameaçadas políticas públicas que protegem o direito de pessoas em situação mais vulnerável,

mas também setores importantes e estratégicos como Educação e Saúde, não apenas pela ameaça de privatização, mas por propostas que ferem princípios democráticos como qualidade, gratuidade e equidade. Há uma verdadeira ameaça ao meio ambiente com a

promessa de quebrar critérios e normativas ligados à preservação e proteção da Floresta Amazônica e de outros ecossistemas em favor da agricultura predatória, da mineração, do desmatamento madeireiro. Essas e outras ações, via de regra, ameaçam os povos originais e outros situados nesses lugares ou próximos.

O presidente e seus partidários venceram as eleições, contando, para isso inclusive, com refinadas técnicas de disseminação de propaganda, além da elaboração de mentiras sobre outros candidatos, as chamadas *fake news*, espalhadas pelos meios de comunicação mais rápidos, via aplicativos de celular. Eles tomaram o poder central, com boa representatividade parlamentar e, numericamente, têm condições de propor e aprovar projetos se não encontrarem resistência considerável.

É também o momento da vitória da extrema direita populista, podemos dizer de características fascistas. É na política que vemos, a partir de discursos do presidente e dos mais próximos a ele, a solução dos graves problemas sociais baseada na mera repressão armada. Aliás, armas, prisão e violência são glorificados nesse padrão discursivo. É também a presença da intolerância religiosa, de certa feição fundamentalista, ameaçando não apenas a liberdade religiosa, mas o Estado laico.

É o momento da tomada de poder de um preocupante discurso de ódio, dos mesmos líderes e partidários, voltado contra as mulheres, negros, indígenas, LGBTTs, quilombolas, favelados, moradores em situação de rua, movimentos sociais, partidos e militantes “de esquerda”, pessoas presas e

marginalizadas. O olhar punitivo se dirige a todos os que são ou representam a diferença em relação a um padrão branco ou parecido, de ascendência europeia, masculino ou pelo menos heterossexual, classe alta ou pelo menos média e pelo menos cristão. Os que estão fora, por qualquer razão, têm sido hostilizados, ameaçados mesmo.

"Como categoria, precisamos, sim, manter nossa posição crítica contra a perda de direitos e em defesa da vida."

Vivemos, como você bem disse anteriormente, um momento sensível de crescimento do conservadorismo, enfraquecimento dos dispositivos democráticos e recrudescimento do fascismo. O que se insinua para a Psicologia, como ciência e profissão, nesse cenário?

A necessidade de pactuar em defesa da vida e dos direitos humanos. Como categoria, precisamos, sim, manter nossa posição crítica contra a perda de direitos e em defesa da vida. Precisamos defender nossa Constituição e as políticas públicas que dela se originam. Para exemplificar, isso significa ser contra o manicômio e as ditas comunidades terapêuticas e pelas conquistas da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saú-

de; pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo sistema de garantia de direitos que preconiza e não ao menorismo colonialista; pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade e não por uma educação automatizada e limitada; pelo Sistema Único de Assistência Social e contra o assistencialismo que inferioriza... Todos esses mencionados (e há outros mais) não são apenas campos de trabalho do profissional psicólogo, mas apontam para direitos assegurados que, uma vez subtraídos, ameaçam a população.

Como é possível pactuar com processos racistas, que repetem e reforçam o que há de pior na nossa história? Como aceitar propostas misóginas e lgbtfóbicas, que apenas reafirmam a centralidade do modelo homem heterossexual? Como virar as costas às diferenças? Como pensar um Estado ainda mais violento, em ações e omissões, em especial contra a juventude negra e pobre? Como suportar que piore a perseguição e o massacre de camponeses e indígenas? Como podemos aceitar mais armas e mais mortes onde já há mortes demais, a maioria mortes por armas de fogo? Como aceitar ter mais que as já absurdas 65 mil pessoas assassinadas por ano no nosso país?

Enfim, como profissionais, devemos nos posicionar na defesa dos princípios democráticos, das políticas públicas, das pessoas que são alvos de ataques.

De que forma esse cenário implica a Psicologia e as (os) psicólogas (os)?

De várias maneiras. Só para dar um exemplo, já é possível ver o aumento e a produção de sofri-

mento psíquico nas pessoas que mais se identificam como seus alvos. Ainda não existem estudos consistentes, mas já se pode constatar, nos fazeres dos psicólogos e não apenas dos clínicos, sintomas que variam de insônia, ansiedade, crises de angústia e pânico e ideação suicida, entre outros. É muito mal-estar ligado ao medo de se ver vulnerável. E isso não afeta apenas aos que se sentem imediata e seriamente ameaçados, mas a todos que não se veem no presente projeto político. De uma forma mais abrangente, é preciso pensar se, eticamente, um projeto político que gera tanto sofrimento e incerteza e que acena concretamente para a perda de direitos pode ser uma opção de apoio e cooperação dos psicólogos. Isso me parece impossível.

Vivemos, ainda, tempos em que diversas formas de delação estão em alta, seja na esfera política, na jurídica ou na social. Não à toa, a Psicologia vem sendo cada vez mais convocada a atuar na obtenção de confissões e depoimentos, como se coubesse à ciência psicológica a obtenção de uma verdade unidimensional a ser revelada pelo sujeito. Como você analisa essa situação? Qual deve ser o posicionamento ético-político da (o) psicóloga (o) diante disso?

Essa judicialização da vida, e a vontade de uma grande verdade a ser revelada, pode arriscar vidas. Mesmo que a intenção alegada seja a proteção dos que estão em situação mais ameaçada e vulnerável, isso pode facilitar processos dolorosos, de revitimização, de exposição justamente deles, como no caso do “Depoimento Sem Dano”. É demasiado solicitar depoimentos de crianças, que acabam sendo peças importantes ou fundamentais na determinação

"É muito importante que nos encontremos, que conversemos, que troquemos nossas dúvidas e inquietações. É muito importante que possamos encontrar e criar tempos e espaços para discutir nossa profissão e seus novos rumos."

do destino de suas famílias, sem que elas tenham a exata noção das consequências de suas palavras.

Em 2019 teremos eleições para os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Que projetos de Psicologia estão em disputa e a que a (o) psicóloga (o) deve estar atenta (o)?

Ele deve se precaver contra todo tipo de retrocessos. Por exemplo, uma proposta que sempre retorna é a de tratar a homossexualidade, o que fere frontalmente o que está colocado na Organiza-

ção Mundial de Saúde. Cuidemos de não nos esquecer das pautas da Saúde Mental, dos princípios do SUS e do SUAS, da ética da profissão.

Nesse sentido, qual a importância do Congresso Nacional da Psicologia e por que o maior número de psicólogos (os) devem mobilizar-se para participar desse processo?

Em tempos difíceis, confusos, em que o discurso autoritário é comum, sem admitir debates e controvérsias; em tempos que nós suspeitamos até das fontes de nossa informação, já que a disseminação de mentiras é fato, é muito importante que nos encontremos, que conversemos, que troquemos nossas dúvidas e inquietações. É muito importante que possamos encontrar e criar tempos e espa-

ços para discutir nossa profissão e seus novos rumos. É importante nos livrarmos de medos e ódios na convivência e reflexão dos espaços acolhedores, de estudo, de trocas. É muito importante participar do CNP.

Que mensagem você gostaria de deixar às (aos) psicólogas (os) e estudantes que estão lendo essa edição do Jornal do CRP-RJ?

Lutem pelos direitos humanos, pela saúde, pelo cuidado e pela cidadania. Lutem pela vida! ●

CRP-RJ E CRESS-RJ PROMOVEM DEBATE SOBRE A GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

EVENTO ACONTECEU EM SETEMBRO E LOTOU
O AUDITÓRIO DA UERJ - CAMPUS MARACANÃ.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), através da Comissão de Psicologia e Justiça, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), promoveu, no dia 18 de setembro na UERJ, o Seminário “A Lei nº 13.431 de 2017 em debate”.

Com o objetivo de promover uma reflexão sobre essa lei – que estabelece um sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência –, o evento reuniu psicólogas (os), assistentes sociais e demais profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos.

A mesa de abertura teve a presença de Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), conselheiro-presidente do CRP-RJ, e Mariana Setúbal, conselheira da atual gestão do CRESS-RJ. Em seguida teve início a primeira mesa, com a temática “O impacto da Lei nº 13.431 de 2017 no Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”. A mediação ficou por conta de Esther Arantes (CRP 05/3192), psicóloga e professora da UERJ.

Sergio Henrique Teixeira, mes- trando em Psicologia Clínica (PUC-Rio) e assessor técnico da ACTERJ, afirmou que a “lei procura se valer

das técnicas da escuta de profissionais da Psicologia e do Serviço Social para punir o possível agressor. A ideia aqui é criar materialidade e produzir provas, pois desconsidera-se o Sistema de Garantia de Direitos já instituído.”

Maurilio Mattos, assistente social da Secretaria de Saúde de Duque de Caxias e professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ, também destacou que a lei representa um “reordenamento do judiciário” com o objetivo de “buscar técnicas profissionais de psicólogos e assistentes sociais, reatualizando-as de modo que se adequem à produção de provas, sem que haja avanço na discussão acerca da garantia de políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência”.

A segunda mesa de debates foi mediada por Luciane Amaral, assistente social da SMASDH e conselheira da atual gestão do CRESS-RJ, e teve como tema “Rebatimentos da Lei nº 13.431 de 2017 no exercício profissional de assistentes sociais e psicólogos”.

Evento lotou o auditório da UERJ do Maracanã

Analícia Martins de Souza (CRP 05/31168), psicóloga, especialista em Psicologia Jurídica e doutora em Psicologia Social pela UERJ, utilizou a discussão acerca da Alienação Parental como tema para debate da Lei nº 13.431/2017, apontando, de forma crítica, como a notoriedade que essa temática vem ganhando espaço no campo social e jurídico e tem reforçado uma lógica judicializante e punitiva em nossa sociedade.

Jefferson Lee de Souza Ruiz, mestre em Serviço Social pela UFRJ e professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ, afirmou que “essa lei lida com a violência que as crianças já sofreram e não garante direito nenhum. Ela quer é produzir uma materialidade de prova para punir um possível criminoso. Ou seja, essa lei não enuncia sua real intenção”.

A cobertura completa do evento encontra-se disponível em nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/justica/>. As mesas de debates também foram transmitidas ao vivo e on-line pela página do CRP-RJ no Facebook. Acesse e confira! ●



ARQUIVO CRP-RJ

EVENTO

12ª MOSTRA REGIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

12ª MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA DE PESSOAS E TIPOLOGIAS DE TRABALHO

A MOSTRA É UM IMPORTANTE ESPAÇO DE DIÁLOGO, TROCAS DE EXPERIÊNCIAS E IDEIAS ENTRE PSICÓLOGAS (OS) E ESTUDANTES.

“Essa é nossa 12ª Mostra. Aqui, essa gestão do CRP-RJ refirma o compromisso com esse espaço de trocas onde tentamos jogar luz sobre as possibilidades de inserção da Psicologia nos diferentes espaços e territórios. A cada ano, temos recebido mais trabalhos, mais experiências trazidas, mais trocas feitas entre profissionais e estudantes”, declarou Marília Álvares Lessa (CRP 05/1773), conselheira do CRP-RJ e coordenadora da Comissão Organizadora da 12ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, na cerimônia de abertura do evento.

Da esq. para dir.: Rosa Pedro, Edmilson Lima, Roseli Goffman e Jesus Moura



Com público total de mais de 800 pessoas, a 12ª edição do evento – que aconteceu entre 29 e 31 de agosto na UERJ – campus Maracanã – teve um número recorde de trabalhos inscritos e apresentados: 383 no total, entre “Apresentações Oraís” e “Exposição de Pôsteres”.

A programação da 12ª Mostra foi repleta também de debates sobre temas que atravessam a atuação contemporânea de psicólogas (os), tais como Suicídio, Ética, Justiça, Produção de Subjetividades, Práticas Clínicas, entre outros.

Promovida anualmente pelo CRP-RJ desde 2007, a Mostra já reuniu, em 12 edições, mais de 8 mil participantes e abriu espaço para apresentação de mais de 2,4 mil trabalhos de psicólogas (os) e estudantes em diversos formatos.

Confira abaixo um resumo de como foi a 12ª edição do evento. A

cobertura completa encontra-se disponível em nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/mostra/>. As mesas de debates foram transmitidas ao vivo e on-line e os vídeos disponibilizados no canal do CRP-RJ no Youtube.

Abertura

Com o auditório lotado, a cerimônia de abertura teve a participação da então conselheira vice-presidente do CRP-RJ, Roseli Goffman (CRP 05/2499), da conselheira do Conselho Federal de Psicologia Márcia Badaró (CRP 05/2027), do representante da UERJ Thiago Melício (CRP 05/35915) e do presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Bressy (CRP 05/41712).

Em seguida, aconteceu a conferência de abertura sobre os retrocessos e resistências no campo da Saúde Mental com participação de Rosimeri Barbosa, gerente de Saúde Mental do estado do Rio de Janeiro, e Pedro Gabriel Godinho Delgado, professor do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

REÚNE MAIS DE 800 EM NÚMERO RECORDE OS INSCRITOS



Debates da 12ª Mostra lotam o auditório da UERJ

Rosimeri Barbosa afirmou a importância da defesa dos princípios da Reforma Psiquiátrica e destacou os avanços obtidos na área. “A Reforma Psiquiátrica, no Brasil, se coloca no modelo substitutivo dos CAPS pelos grandes manicômios. Em 2011, tivemos a ampliação da atuação da Rede Psicossocial. Tivemos uma rede maior, com leitos em hospitais gerais, unidades de acolhimentos infantil e adulto, CAPS nas suas diversas modalidades, etc. Estávamos nesse momento de ampliação da RAPS quando vem a alteração na política de Saúde Mental”, disse.

Pedro Gabriel teceu críticas às mudanças estabelecidas pelo governo Temer na política de Saúde Mental. “Todas as decisões tomadas desde 2016 vêm desconstruindo os avanços obtidos no campo da Saúde Mental – avanços ainda não totalmente consolidados, mas em construção tenaz que tinha uma direção clara: ampliação do acesso ao cuidado em Saúde Mental para toda a população”, afirmou o psiquiatra.

Suicídio

“Precisamos falar sobre suicídio” foi o tema da primeira mesa de debates, na tarde do dia 29 de agosto. Sob a mediação da conselheira do CRP-RJ Rosilene Gomes (CRP 05/10564), a mesa contou com as falas das (os) psicólogas (os) Fernando Gastal de Castro (CRP 05/45674), pós-doutor em Psicologia do Trabalho (UAB - Barcelona), Laura Cristina de Toledo Quadros (CRP 05/12561), gestalt-terapeuta e professora do Instituto de Psicologia da UERJ, e Anelise Lusser Teixeira (CRP 05/38657), doutora em Psicologia e professora da UNESA.

Fernando Gastal abordou, sob um prisma filosófico, o suicídio, pontuando que o sentido da vida é uma das questões mais importantes e centrais para o ser humano. “Cabe à Psicologia tecer estratégias de enfrentamento a essa questão, que tem provocado os indivíduos ao ponto de atitudes desesperadas como saída de um mal-estar constante e arrasador”, declarou.

Laura Quadros mostrou como o debate sobre o suicídio é pouco

debatido até mesmo na graduação em Psicologia. “Tanto no campo religioso quanto no campo da saúde, o suicídio é uma temática desagradável. Não devemos falar sobre isso, é o que normalmente nos diz a sociedade em geral. Entre nós, psicólogos, enfrentar a questão do suicídio de um paciente, por exemplo, é um grande temor, até porque na graduação este é um tema invisibilizado”, afirmou.

Clarisse Boechat, Júlio Nicodemos, Roberto Stern (ao microfone) e Eleonora Prestrelo



Anelise Lusser falou sobre o suicídio no mundo contemporâneo e questionou “que mundo é esse em que a morte é uma saída?”. “O aumento do suicídio ou das tentativas de suicídio é uma questão que preocupa a todos da área da Saúde. Segundo a OMS, o suicídio

12ª MOSTRA



Anália Martins, Juraci Brito (à esq.)
Esther Arantes e Adriana Novis

é a segunda causa de morte entre crianças e adolescentes. E esse estudo ainda estima que, em 2020, a depressão será a segunda maior causa de incapacitação de pessoas no mundo”, revelou.

Ética e Justiça

A primeira mesa de debates do segundo dia da Mostra teve como tema “Psicologia, Ética e Justiça”. Mediado pelo conselheiro do CRP-RJ Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), o debate contou com a presença de Esther Arantes (CRP 05/3192), psicóloga, educadora e professora da UERJ, Anália Martins de Souza (CRP 05/31168), doutora em Psicologia e especialista em Psicologia Jurídica (UERJ), e Adriana Novis Leite Pinto (CRP 05/13661), psicóloga, fonoaudióloga e membro da Câmara de Mediação e da Comissão de Justiça Restaurativa da OAB-RJ.

Anália Martins abordou a Alienação Parental, um tema que tem ganhado notoriedade no campo social e jurídico, e refutou a ideia de que se trata de um transtorno ou patologia. “Mais uma vez vemos a punição como forma de resolver os problemas sociais, pois uma questão de ordem social e familiar teve sua judicialização marcada no sentido de transformar a alienação parental em crime e a pessoa que a comete, em criminosa”, analisou.

Adriana Novis relatou sua experiência na mediação de conflitos. “A mediação é um procedimento conduzido por um terceiro imparcial que facilita o diálogo entre as partes para que identifiquem seus interesses, necessidades e valores comuns, de modo que cheguem, juntas, a uma solução boa para ambas as partes”, destacou.

Esther Arantes problematizou a questão do Depoimento sem Dano, instituído por uma lei sem que houvesse amplo debate com a sociedade. “A sociedade civil não foi ouvida, apenas um grupo de juristas se reuniram para elaborar o projeto de lei. Nem o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescente pode participar das discussões para elaboração desse projeto que, em tese, é de proteção dos direitos da criança. Como algo realizado com esse objetivo não ouviu a rede de proteção que já existe?”, questionou.



Rosimeri Barbosa na conferência
de abertura

Clínica

“Os desafios da Clínica na Atualidade” foi o tema do debate que encerrou o segundo dia da 12ª Mostra. Com mediação do conselheiro do CRP-RJ Roberto Stern (CRP 05/1700), a mesa teve a participação de Eleonôra Torres Prestrelo (CRP 05/7449), gestalt-terapeuta



Pedro Gabriel Delgado na conferência
de abertura

e coordenadora do Núcleo de Extensão do Instituto de Psicologia da UERJ, Clarisse Boechat (CRP 05/41933), psicóloga que atuou entre 2012 e 2014 no Consultório na Rua e entre 2014 a 2016 no CAPS-AD Paulo da Portela, e Júlio Nicodemos (CRP 05/34432), psicanalista, supervisor clínico-institucional na RAPS e professor da UNIVERSO.

Eleonôra Prestrelo defendeu a ampliação da prática clínica para além do conceito de diagnóstico. “Ao invés de diagnósticos, prefiro falar em modos de viver, em estilos de contato, em configurações de vida possíveis. Contato é uma concepção central na abordagem gestáltica e se refere à ação que performa uma troca, movimento constante de autorregulação. Através dele, assimilamos ou rejeitamos elementos necessários ao nosso amadurecimento”, afirmou.

Clarisse Boechat compartilhou suas experiências no trabalho realizado junto à população em situação de rua e a usuários de drogas. “Tanto o trabalho no território quanto o trabalho na unidade de saúde são importantes. O trabalho na unidade é fundamental porque as pessoas têm direito de acessar o serviço de saúde. Mas, por outro lado, essa população muitas vezes não chega, por si só, às unidades. Por



Da dir. para esq.: Fernando Gastal, Rosilene Gomes, Laura Quadros e Anelise Lusser

isso, é preciso que a equipe multiprofissional vá à rua e se aproxime dessa população”, contou.

Júlio Nicodemos falou sobre a importância da escuta clínica da (o) psicóloga (o) em sua atuação junto a usuários de drogas. “Utilizamos, como instrumentos de intervenção, a oferta da nossa escuta, uma escuta que não se pauta numa parafernália de saberes da Psicologia, mas sim na experiência de cada sujeito, onde o uso de drogas é apenas mais um dos elementos a serem considerados”, defendeu.

Produção de subjetividades

Mediada pela conselheira do CRP-RJ Roseli Goffman (CRP 05/2499), a última mesa de debates da 12ª Mostra teve como tema “Produção de subjetividades na contemporaneidade”. Participaram Edimilson Duarte de Lima (CRP 05/17918), mestre e doutor em Psicologia Social pela UERJ e coordenador do curso de Psicologia da UNIABEU, Rosa Pedro, doutora em Comunicação pela UFRJ e diretora-adjunta de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ, e Jesus Moura, conselheira-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP 02 e integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP.

Edimilson Lima falou sobre como a violência interfere na subjetivi-

dade. “A questão da violência e de uma ‘cultura do medo’, muito propagada com o auxílio da mídia, atravessa os indivíduos de forma determinante, também produzindo subjetividades. A

produção de subjetividade é uma dinâmica, é a relação indivíduo-sociedade e, por isso, a constituição dos sujeitos na contemporaneidade não passa ao largo do medo, do conflito e da violência”, disse.

Rosa Pedro problematizou o advento da tecnologia na produção de subjetividades, mostrando que discursos de ódio, campanhas e informações das mídias sociais estão subjetivando os indivíduos. “O humano e o não-humano estão tecendo essa rede social. A Psicologia tem que pensar sobre isso e não colocar as tecnologias somente numa lógica instrumental. Com essas tecnologias, outra relação com o mundo está sendo produzida, outra cognição”, pontuou.

Jesus Moura falou sobre as opressões do cotidiano que subjetivam, destacando o racismo como expoente nesses discursos de ódio. “Um dos principais alvos do racismo é autoestima porque é aí que se mina a segurança de uma pessoa. Assim, ela se sente oprimida e diminuída. A Psicologia tem que se apropriar desse lugar, sua atuação deve focar nessa problemática”, defendeu.

Encerramento

Após três movimentados dias, a 12ª Mostra chegou ao fim com a conferência do conselheiro-presidente do CFP, Rogério Giannini, que abordou a “judicialização da Psicologia e os impactos desse fenômeno nas práticas psicológicas”.

O presidente do CFP pontuou também a importância do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), evento que ocorre a cada três anos – cuja 10ª edição será em 2019. Segundo ele, o CNP é a “instância máxima da Psicologia, que discute ideias políticas e demais assuntos pertinentes para as próximas gestões dos Conselhos”. ●





EVENTO DE LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DA INSPEÇÃO NACIONAL EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS ACONTECE NA SEDE DO CRP-RJ

O AUDITÓRIO DA SEDE DO CRP-RJ FICOU LOTADO DURANTE O ENCONTRO.

Psicólogas (os), militantes, parlamentares, estudantes, gestores de Saúde Mental e representantes de Secretarias de Saúde de diversos municípios do estado do Rio lotaram o auditório da sede do CRP-RJ no dia 7 de agosto para o lançamento do Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia em parceria com o Ministério Público e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O evento foi iniciado pela então conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), e contou com a presença do à época coordenador da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, Roberto Stern (CRP 05/1700), do promotor do Ministério Público Federal Sérgio Suiama e da conselheira do CFP Márcia Badaró (CRP 05/2027).

Márcia Badaró destacou que “o relatório vem num momento bastante importante no cenário brasileiro”. Segundo ela, “essa foi a quinta ação da Comissão Nacional de Direitos Humanos nessa área. A primeira inspeção do CFP foi em

2004, direcionada a unidades psiquiátricas de 16 estados brasileiros e o Distrito Federal. Depois, em 2006, foram inspecionadas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei em 22 estados brasileiros e o DF. Em 2007, tivemos a terceira inspeção, com as instituições de longa permanência para idosos, em conjunto com a OAB, realizada em 11 estados brasileiros e o DF. A quarta inspeção nacional se deu nos locais de internação para usuários de drogas em 24 estados brasileiros e o DF”.

A conselheira do CFP explicou que essa última inspeção aconteceu simultaneamente em 12 unidades



ARQUIVO CRP-RJ

da federação de cinco estados brasileiros. “O que foi encontrado vai na contramão de todos os princípios do Ministério da Saúde. O que se encontrou foi exatamente o oposto do que temos como nossas legislações, que nos baseiam em nossas práticas voltadas à garantia dos direitos humanos”, revelou.

Sérgio Suiama, que participou das inspeções no estado do Rio, destacou que “essas instituições, como presídios e manicômios, são instituições de segregações máximas, onde violações de direitos acontecem longe dos olhos da sociedade. Quanto mais longe essas violações estão dos nossos olhos, mais difícil é conseguirmos enfrentar esses casos de violência e violações”.

Na avaliação do promotor, as instituições inspecionadas produzem diferentes formas de violência, desrespeitando princípios da Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda segundo ele, “o momento político que vivemos é de uma tentativa, na minha leitura, de apropriação privada do

Estado por determinados grupos religiosos que têm intenções político-eleitorais”.

Roberto Stern lembrou três princípios fundamentais do Código de Ética do Psicólogo, que deve nortear a prática dessa (e) profissional, independentemente do campo profissional onde atua. Conforme apontou, “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”; ‘o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão’; e ‘o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural’”.

Após enumerar alguns dos principais problemas encontrados nas comunidades vistoriadas, Ro-

berto Stern enfatizou que “nossa divergência não é técnica; nossa divergência é de princípios. A nossa posição é clara, de reforço aos CAPS. Eu entendo que esse trabalho, esse relatório e a nossa presença aqui são um ato de resistência”.

Ao final do debate, um exemplar do relatório foi distribuído gratuitamente a cada participante. A íntegra da publicação encontra-se disponível também em versão digital no site do CRP-RJ pelo link <www.crp-rj.org.br/site/category/relatorios/>.

Lançamento em subdesdes

Eventos de lançamento do relatório aconteceram também nas Subdesdes do CRP-RJ na Baixada (localizada em Nova Iguaçu) e no Norte-Noroeste Fluminense (em Campos dos Goytacazes) de modo a dar uma ampla divulgação à publicação pelo estado do Rio de Janeiro. Para saber mais, acesse o site do CRP-RJ pelo link <www.crp-rj.org.br/site/category/luta-antimanicomial/>. ●

Diva Conde (ao microfone) ao lado de Márcia Badaró, Roberto Stern e Sérgio Suiama



ARQUIVO CRP-RJ

“CLÍNICA POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS EM REPARAÇÃO PSÍQUICA... LÁ EM ACARI”

**POR JOSÉ NOVAES
(CRP 05/980)**

PSICÓLOGO E COLABORADOR DO CRP-RJ

O CERP – Centro de Estudos em Reparação Psíquica – foi um projeto para estabelecer e desenvolver mecanismos e práticas nas quais profissionais do SUS (Sistema Único de Saúde) e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) abor-dassem e cuidassem de pessoas com traumas resultados da violência de Estado. Existiu de abril de 2016 a março de 2018, capacitando cerca de 30 profissionais do SUS e SUAS na região de Acari, uma das mais violentas da cidade do Rio de Janeiro. O livro apresenta relatos de vários que se engajaram no projeto, organizadores e trabalhadores sociais da Saúde e da Assistência Social.

A organizadora, Olívia Morgado Françoso, em sua “Apresentação”, traça brevemente a criação do CERP – o contexto histórico e social que levou à sua criação é detalhado por Tânia Kolker no último artigo – dizendo que “a equipe optou por trabalhar junto a profissionais da rede de Saúde e Assistência de uma região específica, extremo da Zona Norte da cidade: Acari, Madureira, Irajá, Pavuna e seu entorno” (p. 8), e lembra: “A região é sabidamente marcada por uma história de violência de Estado desde o início do processo de redemocratização – a conhecida ‘Chacina de Acari’, que ocorreu

em 20 de junho de 1990, é um dos principais marcos do que o terror de Estado não cessou com o fim da ditadura militar” (p.9).

No Prefácio, Eduardo Lociser diz: “Não é só violentando corpos que o Estado – seja ditatorial ou democrático – tiraniza a cidadania. É a ameaça permanente da violência que afeta corpos e almas” (p. 13). “As ações violentas do Estado não estão mais centradas no inimigo da nação (...), mas se deslocam para reprimir as classes perigosas que habitam os territórios marginais” (p. 15).

Alguns relatos trazem a nós uma experiência concreta aterrorizante do trabalho tentado por alguns que se engajaram no projeto. Dely de Acari, em “Uma janela que bate, um coração que dispara, um dia ruim que começa”, historia sua tentativa de chegar a pessoas, organizá-las e atuar junto a elas: o medo paralisador que as impedia, as desculpas, as promessas não-cumpridas de que iriam na próxima sessão. Quando se empenha mais passa a “sofrer ameaças” e acaba sofrendo um atentado à bala e teve que sair definitivamente do projeto, pois teria que sair da favela. “Estou há três meses a mais de 80 km fora da favela. Essa manhã felizmente os filhos da vizinha foram para a escola e não saíram batendo a porta. Consegui dormir até mais tarde, já que não acordei assusta-

do pensando que estava na favela e ouvia tiros” (p. 23).

Em outro artigo, Ana Maria B. Galdeano e Marcela M.F. de C. Monteiro dizem sobre o medo das pessoas de denunciar ou mesmo falar da violência sofrida, e das diversas tentativas falhadas de construir um grupo; o atendimento feito teve que ser feito de modo itinerante e individual.

Monique Cruz e Suellen Guariento apresentam a questão explicitada no título do seu artigo: “A centralidade do racismo para a compreensão e enfrentamento da violência de Estado no Brasil”, expondo o legado de 350 anos de escravidão, e concluem: “Torna-se extremamente necessário e urgente que o caráter racial da violência de Estado seja explicitado” (p. 32).

Gizele Martins, no artigo “Remoções e militarização do espaço favelado nos últimos dez anos de megaeventos no RJ”, descreve o processo do título ocorrido por ocasião de eventos esportivos do Pan-americano (2007), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Como corolário, causa e consequência ao mesmo tempo do processo, a gentrificação, ou seja, “um processo de mudança no estoque imobiliário, nos perfis residenciais e padrões culturais” (p. 39), em que uma área degradada, desassistida pelos

CLÍNICA POLÍTICA

A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE
ESTUDOS EM REPARAÇÃO PSÍQUICA

lá em Acari

“Clínica Política: A Experiência do Cen- tro de Estudos em Re- paração Psíquica... Lá em Acari”

*Rio de Janeiro, Equipe Clínico-
-Política
e Instituto de Estudos da Reli-
gião (ISER)
1ª edição, 2018*

participantes dos grupos nas discussões para exemplificar e esclarecer as questões conceituais e metodológicas que apresentam, tentando mostrar “a experiência de implantação dos CERPs como diretriz para o trabalho nas políticas públicas” (p. 107).

Daisy Queiroz e Sílvia Tedesco escrevem uma “Cartografia da criação da metodologia para formação profissional na atuação psicossocial às (aos) afetadas (os) pela violência de

Estado”. Esclarecem ser um produto da participação do Observatório Nacional da Saúde Mental, Justiça e Direitos Humanos da UFF, criado em 2013, no Instituto de Psicologia, no projeto de construção e implantação de uma metodologia inovadora voltada ao objetivo do título do artigo.

Tânia Kolker escreve o artigo “Atenção Psicossocial a afetados pela violência de Estado – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública”. Nele, afirma: “Nestes tempos de profundo retrocesso (...) em que mesmo os direitos garantidos pela nossa Constituição Federal estão sendo abolidos ou convertidos em bens ou mercadorias monetarizáveis (...) o estímulo à construção de dispositivos clínicos baseados na confiança, no acolhimento e na responsabilidade territorial também dependerão de nossa capacidade de aproximar e estimular as lutas comuns” (p. 203).

Boa leitura! ●

serviços públicos, é “enobrecida” com a expulsão de seus moradores e mudanças na área e seu entorno, com grande lucro para empresas imobiliárias, etc.

Usando uma frase de Betinho – Herbert de Souza – como título de seu artigo, Pedro Strozenberg apresenta e discute a infame estatística de número crescente de homicídios no Brasil, que já chegou a ultrapassar 60 mil por ano. “A capacidade dilacerante que as mortes violentas acarretam em cada família ou comunidade, desestruturando as relações de afeto, confiança e convivência, são enormes” (p. 57).

Vera Vital Brasil, em seu artigo “Violência de Estado ontem e hoje: o que há de passado em nosso presente?”, lembra a ditadura civil-militar (1964-85), mas remonta à escravidão, como criadoras da “cultura do medo” e do “império do silêncio”, colocando, então, a necessidade de reconhecimento e reparação por parte do Estado com medidas que se revelaram ex-

tremamente parciais e tímidas, e agora sendo atropeladas.

Em dois artigos – “A aposta no SUS que dá certo” e “A clínica ampliada” –, Eduardo Passos apresenta o grande avanço que foi o SUS, e a clínica ampliada enquanto indicação para pensar o cuidado em saúde. Afirma: “Fazemos clínica ampliada porque assumimos um compromisso ético com o processo tanto de produção de saúde quanto de produção de sujeitos protagonistas e corresponsáveis neste processo: trabalhadores, gestores e usuários” (p. 89).

Em “O grupo como estratégia potente de intervenções e formação”, Marco Aurélio Soares Jorge reflete sobre as estratégias de capacitação dos alunos do curso oferecido pelo Centro de Estudos em Reparação Psíquica utilizando recursos do Psicodrama e o Esquizodrama.

Em “Criando oásis no deserto”, Cristal Muniz de Aragão e Ana Carolina Dias Cruz usam as falas das

27 DE AGOSTO: CRP-RJ TRABALHANDO PELA VALORIZAÇÃO DA PSICOLOGIA E DA (O) PSICÓLOGA (O)

Celebrado nacionalmente como o Dia da (o) Psicóloga (o), o dia 27 de agosto foi uma ocasião para o CRP-RJ, mais do que celebrar a data, lutar por maior visibilidade e valorização da Psicologia, como ciência e profissão, e da (o) psicóloga (o) junto à sociedade.

Por isso, no mês da (o) psicóloga (o), o CRP-RJ lançou, em suas mídias sociais, a campanha online #PsicologiaFazTodaDiferença para mostrar a importância social da atuação dessas (es) profissionais, independentemente da área onde estão inseridas (os).

“Psicóloga (o) é profissional de Saúde Mental todo o dia e em qualquer lugar”, afirmava a campanha, veiculada via mídias sociais ao longo de todo o mês de agosto e que teve um alcance de mais de 540 mil pessoas.

O CRP-RJ promoveu também uma grande agenda de eventos em diversas regiões do estado do Rio naquele mês, além de ter marcado presença em atividades a convite de órgãos públicos, universidades e demais instituições.

No dia 24 de agosto, por exemplo, o CRP-RJ promoveu em sua sede a 2ª edição do evento “Psicologia

CONFIRA ABAIXO ALGUNS DOS PRINCIPAIS EVENTOS DOS QUAIS O CRP-RJ PARTICIPOU EM HOMENAGEM AO DIA DA (O) PSICÓLOGA (O).

e Arte na Garagem”, com muitas apresentações culturais e artísticas aberto a toda a categoria. Confira abaixo alguns dos eventos promovidos pelo CRP-RJ ou dos quais participou.

Baixada Fluminense

O mês da (o) psicóloga (o) foi movimentado na região da Baixada Fluminense. No dia 8, aconteceu, na Subsede em Nova Iguaçu, o IV Seminário em Comemoração ao Dia do Psicólogo com tema “Sexualidades Periféricas”. Também na Subse, ocorreu em 23 de agosto o Cine Psi “Narrativas e Resistências” com exibição do filme “Nossos mortos têm voz”, promovido em parceria com o Fórum Grita Baixada.

O CRP-RJ promoveu e participou ainda de diversos eventos ao longo do mês em universidades da região. Na UNIABEU de Belford Roxo, o CRP-RJ participou, no dia 15, do Seminário “Violência nas Escolas” e, no dia 12 de setembro, do debate “Psicologia e Compromisso Social”. Na UNIGRANRIO de Nova Iguaçu, o CRP-RJ participou, em 24 de agosto, da mesa “Psicologia como ciência e profissão”.

No dia 22 de agosto, o CRP-RJ esteve em São João de Meriti, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município, no evento “Elaboração de documentos” e, no dia 24 do mesmo mês, a conselheira Roseli Goffman (CRP 05/2499) participou da mesa “Psicologia e Laicidade” na Casa de Cultura Sylvio Monteiro, em Nova Iguaçu.

Norte-Noroeste Fluminense

Também no Norte-Noroeste Fluminense, o CRP-RJ promoveu uma extensa agenda de eventos e foi convidado a participar de diversos encontros nas universidades e órgãos públicos locais.

Em 8 de agosto, inaugurando a agenda do CRP-RJ na região, aconteceu a IV Pré-Mostra Regional de Práticas em Psicologia do Norte-Noroeste em Campos dos Goytacazes. No dia 15 do mesmo mês, o CRP-RJ promoveu, na Subsede em Campos, a mesa “O papel da Psicologia no combate à discriminação de Gênero”. Também no dia

15, o CRP-RJ recebeu uma homenagem na Prefeitura de Campos pelo Dia da (o) Psicóloga (o). No dia 30, marcou presença em mesa de debate da 6ª Semana da Diversidade LGBT, realizada em Campos dos Goytacazes.

Na Universidade Estácio de Sá de Campos, o CRP-RJ compôs, no dia 15 de agosto, a mesa “Religião, Ética e Cultura”. No dia 27, na mesma universidade, marcou presença no debate “Performance De Gênero - Um dispositivo da Diversidade Sexual”. E, no dia 31, integrou a mesa “Tolerância social e as fronteiras do prazer e desprazer feminino”.

O CRP-RJ participou ativamente também de atividades na UFF de Campos dos Goytacazes. No dia 3 de agosto, o CRP-RJ esteve na mesa “Psicologia para quem?”, debatendo a Psicologia e seu compromisso social, e, no dia 27, integrou a Roda de Conversa “Psicologia e Políticas Públicas”. No dia 4 de setembro, compôs a Roda de Conversa “Psicologia e Política” e a mesa de debates “Psicologia a serviço de quem?”.

Em São João da Barra, a agenda de ações do CRP-RJ também foi agitada ao longo do mês de agosto. No dia 14, o CRP-RJ promoveu o evento “Os impactos da tecnologia no desenvolvimento infantil” e, no dia 15, organizou, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do município, a mesa “Desafios da Adolescência: a dor e

o prazer de ser jovem”, que reuniu cerca de 150 adolescentes da rede municipal e estadual.

No dia 22, também em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura de São João da Barra, o CRP-RJ promoveu o encontro “Diversidade de Gênero e Sexualidade na Educação, Desafios e Possibilida-

Católica de Petrópolis, no dia 27 de agosto, e também na Roda de Conversa “Negritude, Racismo e Desigualdade Social: Diálogos necessários”, no dia 28 de julho em Petrópolis.

Para acessar a agenda completa de atividades promovidas, apoiadas e/ou que contaram com a par-

Fazer Psicologia é produzir saúde.
Produzir saúde é defender direitos.
Defender direitos é NOSSO compromisso social.
Parabéns, psicóloga (o) pelo seu dia!

A PSICOLOGIA FAZ TODA A DIFERENÇA!

Uma campanha do CRP-RJ pelo 27 de Agosto, Dia da(o) Psicóloga(o).

des no Mundo Contemporâneo”. E no dia 23, desta vez em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município, realizou o evento “Disseminadores de Informações Previdenciárias”.

Região Serrana

Na Região Serrana, o CRP-RJ marcou presença na abertura da Semana Científica do Centro de Ciências da Saúde da Universidade

participação do CRP-RJ no mês da (o) psicóloga (o), acesse nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/dia-do-psi/>. ●

SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA MOBILIZADO PELA APROVAÇÃO DAS 30H PARA PSICÓLOGA (O)

PELAS 30 HORAS SEMANAIS PARA PSICÓLOGA (O)!

O CRP-RJ está acompanhando de perto a tramitação do PLS 511/2017, que determina que a duração do trabalho da (o) psicóloga (o) não poderá ser superior a 30 horas semanais.

O Sistema Conselhos de Psicologia tem realizado grandes esforços para aprovação do projeto. No dia 15 de outubro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) participaram de uma reunião com o relator, o senador Paulo Paim, para entregar-lhe uma manifesta-

ção favorável à aprovação do PLS 511/2017.



Como desdobramento dessa reunião, o CFP foi convidado a participar de Audiência Pública, no dia 12 de novembro, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, para defen-

der a jornada de trabalho das (os) profissionais de Psicologia.

Para reforçar esse pleito, o CRP-RJ enviou um ofício ao relator do projeto, endossando a importância da aprovação da matéria tanto para a (o) psicóloga (o) como para a sociedade. A redução da jornada semanal da (o) psicóloga (o), além de assegurar e proteger a saúde ocupacional e mental dessa (e) profissional, garantirá condições isonômicas com os outros profissionais da área da Saúde.

Mais informações a respeito encontram-se em nosso site no link <www.crprj.org.br/site/category/30-horas/>. ●

DIGA NÃO AO PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE PSICOMOTRICISTA

O CRP-RJ está mobilizado contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 74/2018, de autoria do deputado federal Leonardo Picciani (MDB-RJ), que dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade.

Uma das 12 especialidades da Psicologia, conforme estabelecido pela Resolução do CFP

nº 13/2007, a Psicomotricidade é campo não apenas da Psicologia como também da Pedagogia, da Educação Física, da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e da Fonoaudiologia.

A Psicomotricidade define-se como uma técnica que cruza com múltiplos pontos de vista e, utilizando conhecimentos de várias ciências, como a Biologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Sociologia e a Linguística, dispõe a desenvolver as facul-

dades expressivas do indivíduo.

Por isso, na avaliação do CRP-RJ e do Sistema Conselhos de Psicologia como um todo, o PLC 74/2018 - atualmente em tramitação no Senado Federal -, além de ferir uma das especialidades psicológicas, propõe a regulamentação de um profissão em detrimento de outras com formação idêntica e equivalente, desconsiderando normativas vigentes de profissões da área da Saúde. ●

PARTICIPE DA PESQUISA ON-LINE DO CREPOP SOBRE A ATUAÇÃO PSI NA RAPS

PESQUISA ON-LINE ESTARÁ DISPONÍVEL ATÉ MARÇO DE 2019.

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) iniciou a pesquisa on-line sobre a atuação de profissionais da Psicologia na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O questionário on-line poderá ser respondido por todas (os) as (os) psicólogas (os) até março de 2019.

A pesquisa resultará na elaboração de mais uma referência técnica do CREPOP, contendo diretrizes para a atuação da (o) psicóloga (o) na área. Por isso, a participação do maior número de profissionais é fundamental.

O questionário on-line, composto por questões fechadas e abe-

RAPS, deverá ser respondido individualmente pela(o) profissional.

Dados pessoais ou quaisquer informações que possam gerar identificação não serão disponibilizados em hipótese alguma, assegurando a confidencialidade, o sigilo e a privacidade daqueles que fizerem parte da pesquisa.

Contribua com a construção de referências técnicas do CREPOP. Acesse <www2.cfp.org.br/consultapublica/2018/raps/> e participe da pesquisa!

Para outras informações, envie e-mail para crepop@cfp.org.br.



FIQUE DE OLHO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região, na forma do que dispõe o artigo 1º do Capítulo 1 da Lei 5766/71, dando cumprimento à decisão temporária cautelar liminar apurada em ação penal, procedimento ordinário, no processo nº 0002886-96.2018.8.19.0046, conforme ofício 1085/2018/OF do TJRJ, informa a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE REGISTRO PROFISSIONAL** do psicólogo JOSENILSON RODRIGUES DOS SANTOS, inscrição nº. CRP 05/7859. Portanto, fica o mesmo impedido do exercício profissional da Psicologia a partir da publicação desta.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2018.

RODRIGO ACIOLI MOURA
Conselheiro-presidente do CRP-RJ



ARQUIVO CRP-RJ

Comissão Gestora da Subsede do CRP-RJ na Baixada

A Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada Fluminense está mobilizando as (os) psicólogas (os) e estudantes da região para participarem das etapas regionais do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que acontecerá em 2019. Por isso, está organizando uma série de Eventos Preparatórios para que a categoria debata e elabore propostas para o Congresso Regional da Psicologia do Rio de Janeiro, etapa anterior ao CNP. E, para o primeiro trimestre de 2019, promoverá Pré-Congressos Regionais da Psicologia em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados e Itaguaí. O trabalho do CRP-RJ de mobilização de profissionais e estudantes na região é considerado referência em direitos humanos e no enfrentamento aos momentos de crise, violência e ameaças aos direitos.

Nesse esforço coletivo junto às (aos) psicólogas (os), estudantes, universidades, movimentos sociais e sindicais, realizamos, em agosto, uma série de eventos em comemoração ao Dia da (o) Psicóloga (o): Seminário sobre Sexualidades Periféricas em Nova Iguaçu; "Seminário Violências nas Escolas", na UNIABEU/Belford Roxo, em parceria com CDH de Nova Iguaçu, SEPE, Fórum Grita Baixada e UNIABEU, o 55º CINE PSI, com exibição do filme "Nossos mortos

SUBSEDE BAIXADA MOBILIZA A REGIÃO PARA O 10º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

têm voz", e o Tecendo Redes com tema "Elaboração de documentos", em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de São João de Meriti.

Em setembro, realizamos a 28ª Rodas e Encontros com o tema "Suicídio: precisamos falar sobre o assunto". Em outubro, promovemos, na Subsede em Nova Iguaçu, o lançamento do Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017. Realizamos também uma edição do "Tecendo Redes" na UNIGRANRIO de Nova Iguaçu sobre "Psicologia e Direitos Humanos" e a 29ª edição do "Rodas e Encontros" com a temática "Desafios aos profissionais da Psicologia: o envelhecimento da sociedade contemporânea".

Durante todo o ano de 2018 até outubro, realizamos, uma vez por mês, cerimônias de entregas de Carteira de Identidade Profissional (CIP). Ao todo, cerca de 600 novas (os) psicólogas (os) da região receberam sua CIP. Ainda ao longo do ano, circularam pela Subsede Baixada mais de 2.500 profissionais e estudantes de Psicologia, participando das atividades promovidas pelo CRP-RJ em parceria com

os movimentos sociais, sindicais, universidades e demais instituições parceiras na região.

A agenda e a cobertura das atividades desenvolvidas pelo CRP-RJ na Baixada estão disponíveis em nosso site pelo link: www.crp-rj.org.br/site/category/baixada/ e também na página da Subsede Baixada no Facebook.

Comissão Gestora: Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523) – Conselheira-presidente; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) – conselheira. Colaboradores: Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), Rogéria Thompson (CRP05/52415), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408) e Gabriela de A. Bráz dos Santos (CRP05/56462).

Contato: subsedeni@crprj.org.br / (21) 2768-0007 / Facebook: Subsede Baixada CRP/RJ. ●

Cine Psi sobre violência de Estado na Baixada lota auditório da subsede



ARQUIVO CRP-RJ

AÇÕES DO CRP-RJ NA REGIÃO SERRANA BUSCAM FORTALECER A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO

As ações da Comissão Gestora do CRP-RJ na Região Serrana nos últimos meses abordaram as mais diversas áreas de atuação da(o) psicóloga(o), buscando abranger a(o) profissional desde sua formação.

Com o início dos trabalhos da Comissão de Estudantes, tivemos a aproximação de estudantes das três instituições de ensino de Petrópolis. Essa Comissão vem trabalhando em reuniões mensais internas e apoiando as ações do CRP-RJ na Região Serrana.

Colaboradores nos espaços de Controle Social vêm atuando nos Conselhos Municipais, lutando diante dos retrocessos nas Políticas Públicas. Podemos destacar a atuação nos Conselhos de Saúde e Política sobre Drogas de Petrópolis, que, a partir de denúncias sobre atuação irregular de Comunidades Terapêuticas no município, incluiu, para 2019, ações sobre a temática.

A atuação do CRP-RJ tem sido vista como estratégica nos Conselhos Municipais de Saúde e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de Petrópolis, cujos colaboradores passaram a compor as Comissões de Trabalho de Saúde do Idoso, Saúde Mental e Recursos Humanos.

Em 9 de novembro, a Comissão Gestora, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde de Petrópolis (COMSAUDE), foi



Debate sobre saúde e diversidade concentrou mais de 100 pessoas no Palácio de Cristal, em Petrópolis

realizado o encontro “Saúde e Diversidade: cuidados com a população LGBTQI+”. Reunindo mais de 100 pessoas no Palácio de Cristal, o debate foi composto por Felipe Antônio de Andrade da Silveira (CRP 05/32851), como mediador, Brune Coelho Brandão (CRP 04/47041), José Dário Córdova (CRP 05/5372) e Nathalya Reimol da Costa (CRP 05/50936).

O tema do evento surgiu a partir da apresentação da proposta do COMSAUDE em audiência pública e também da apresentação do palestrante Dário Posada na Pré-Mostra de Psicologia ocorrida na Subsede do CRP-RJ em Petrópolis em 4 de agosto.

Na Pré-Mostra ocorreram apresentações de trabalhos por psicólogas(os) e estudantes abrangendo os diversos tipos de violência, mídia e redes sociais, saúde mental, suicídio, pessoas com deficiência e medicalização.

“O espaço aberto pela Pré-Mostra possibilitou conhecer as práticas desenvolvidas por outros profissionais. Participar de um evento como este sempre agrega, por ser um espaço de encontros, debates,

troca de experiências e ideias para construção e fortalecimento de redes entre os profissionais e estudantes de Psicologia”, observou a psicóloga Rayza Caetano (CRP 05/30567), que apresentou trabalho sobre suicídio.

A Comissão Gestora do CRP-RJ na Região Serrana vem organizando, para 2019, a agenda de Pré-Congressos Regionais de Psicologia nas cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Três Rios, entre outras.

Mais informações sobre as atividades do CRP-RJ na Região Serrana estão disponíveis em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/regiao-serrana/>.

Comissão Gestora: Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) – Conselheiro-presidente; Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893) – conselheira. Colaboradoras: Débora Esteves Müller (CRP 05/46269), Victoria Antonieta Tápia Gutierrez (CRP 05/20157) e Francyne dos Santos Andrade (CRP 05/55825).

Contato: (24) 2243-0834 / E-mail: subsedePETROPOLIS@CRPRJ.ORG.BR / Facebook: CRP – Subsede Região Serrana. ●



Evelyn Rebouças (ao microfone) representa o CRP-RJ em evento comemorativo ao Dia da(o) Psicóloga(o).

COMISSÃO GESTORA DO NORTE-NOROESTE FLUMINENSE AMPLIA REPRESENTATIVIDADE DA PSICOLOGIA NA REGIÃO

As ações ético-políticas do CRP-RJ no Norte-Noroeste contemplaram, no segundo semestre de 2018, assuntos que perpassam a prática profissional e questões sociais contemporâneas.

Em comemoração ao mês da Psicologia, a conselheira-presidente da Comissão Gestora do CRP-RJ na região (CGNNF), Evelyn Rebouças (CRP 05/41205), participou de evento na Prefeitura de Campos sobre a valorização da Psicologia. Em 15 de agosto, em parceria com NUGEDIS/Instituto Federal Fluminense e o Coletivo Gaytacazes, o CRP-RJ promoveu em Campos o debate “O Papel da Psicologia na Eliminação da Discriminação de Gênero e Orientação Sexual”.

Em 22 daquele mês, em São João da Barra, aconteceu o debate “Diversidade de Gênero e Sexualidade na Educação”. No mesmo dia, na UFF de Campos, ocorreu a 1ª aula do Curso de Extensão em Psicologia e Assistência Social, a fim de qualificar psicólogas (os) do SUAS.

Em 27 de agosto, Evelyn Rebouças participou, na UFF Campos, do encontro “Psicologia Para Quem?”. No mesmo dia, o colaborador do CRP-RJ Ederton Rossini (CRP 05/50996) apresentou o tema “Psi-

ciologia e Políticas Públicas” na Semana da Psicologia da UFF. Ainda em 27 de agosto, a colaboradora Conceição Gama (CRP 05/50996) apresentou a mesa “Performance de Gênero: um dispositivo da diversidade sexual” na Semana de Psicologia da UNESA.

Em 29 de agosto, os colaboradores Denise Gomes (CRP 05/41189) e Ederton Rossini participaram do debate “Problematizando Risco e Vulnerabilidade Social” na Semana da Psicologia da UNESA de Campos. Na mesma data, Conceição Gama participou da mesa “LGBTQI Por Direitos e Democracia” na Câmara Municipal de Campos.

Em 30 de agosto, o tema “Religião, Cultura e Ética” foi debatido por Evelyn Rebouças na UNESA de Campos e, no dia 31, “Tolerância Social e as Fronteiras do Prazer e Desprazer Feminino” foi apresentado por Conceição Gama na mesma universidade.

Em setembro, Ederton Rossini abordou o assunto “Psicologia e Política com Ênfase em Movimentos Sociais” na Semana da Psicologia da UFF de Campos. No dia 10, o Departamento de Psicologia do Hospital Geral de Guarus, em parceria com o CRP-RJ, realizou a Semana de Prevenção ao Suicídio com a participação da colaboradora Fátima Siqueira (CRP 05/9138).

Em 19 de setembro, Denise Gondim (CRP 05/12231), a convite do CRP-RJ, palestrou sobre “A Clínica do Suicídio” na Subselede Campos. Na Câmara de Vereadores de Conceição de Macabu, no mesmo mês, foi realizada a primeira atividade do Ponto Focal do CRP-RJ no município, abordando Avaliação Psicológica.

Em outubro, o CRP-RJ obteve vaga no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Campos e realizou o lançamento do Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas (veja mais na página 22). Em novembro e dezembro, foram realizados Eventos Preparatórios para o 10º Congresso Regional da Psicologia.

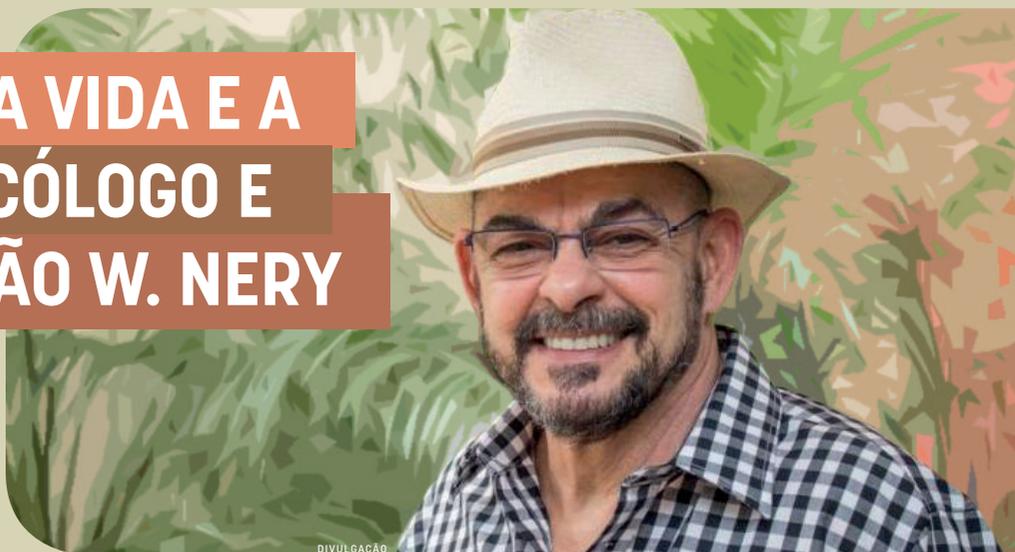
Você pode acompanhar as atividades do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense pelo link: <www.crp-rj.org.br/site/category/norte-noroeste/>.

Comissão Gestora: Evelyn Rebouças (CRP 05/41205) – Conselheira-Presidente. Colaboradores: Conceição Gama (CRP 05/39882), Ederton Rossini (CRP 05/50996), Fátima Siqueira (CRP 05/9138), Luciana Caldas (CRP 05/35298) e Michelle Mota (CRP 05/31331).

Contato: subsedecampos@crprj.org.br / (22) 2728-2057. ●

NOTA SOBRE A VIDA E A OBRA DO PSICÓLOGO E ESCRITOR JOÃO W. NERY

ATIVISTA FALECEU NO DIA 26 DE OUTUBRO, VÍTIMA DE CÂNCER.



O Eixo Diversidade Sexual e de Gênero da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro se solidariza com todos os familiares, parentes e amigos(os) de João Nery pelo seu falecimento no dia 26 de outubro.

Desde a juventude, João Nery sempre foi um questionador da sociedade que trata travestis e transexuais como pessoas inferiores. Em fala para psicólogas (os) na 10ª Mostra de Práticas em Psicologia do CRP-RJ no dia 27 de julho de 2016, João Nery relatou sua dificuldade em continuar exercendo a profissão de psicólogo clínico e docente na academia, simplesmente por assumir sua condição de homem trans.

Graças à luta incansável de bravas (os) travestis e transexuais como João Nery, as pessoas trans podem hoje ter sua travestilidade e transexualidade respeitadas de forma minimamente razoável.

Desde a década de 1970 – período em que João Nery teve que abandonar a profissão de psicólogo –, algumas conquistas importantes foram alcançadas pela Psicologia brasileira, mas não sem luta e resistência:

– Criação da Resolução CFP 01/99, que proíbe o tratamento da homossexualidade como patologia, de acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS.

– Criação da Resolução CFP 14/2011, sendo o CFP primeiro conselho profissional a permitir o Nome Social na Carteira Profissional de psicólogas (os) trans.

– Criação da Resolução CFP 01/2018, que proíbe o tratamento da travestilidade e da transexualidade como patologia, se antecipando à OMS que, somente cinco meses depois retirou as pessoas trans do grupo de transtornos mentais do CID-10.

– E a criação da Resolução CFP 10/2018, que atualiza a Resolução 14/2011, aprimorando o respeito ao uso do Nome Social das (os) psicólogas (os) trans.

Em tempos de retrocesso nessas conquistas, lembramos aqui mais uma fala de João Nery na 10ª Mostra, que alerta para a necessidade de aprovação da Lei João W. Nery (Lei de Identidade de Gênero), e sobre as dificuldades que a pauta dos Direitos Humanos tem enfrentado no cenário político atual.

João Nery nos deixou ainda uma grande obra, seu livro “Viagem Solitária – Memórias de um Transexual 30 Anos Depois (2011, Ed. Leya)”, em que narra com riqueza de detalhes os desafios de ser uma pessoa trans na década de 70, em plena ditadura militar no Brasil, sendo uma obra fundamental para quem estuda a transexualidade e as identidades de gênero.

Em última mensagem postada no seu facebook em outubro desse ano, e talvez prevendo tempos difíceis pela frente, João Nery nos convoca à luta e ao combate, mas pede também que não percamos a doçura e o respeito por *todes*:

“Continuem a nossa luta por nossos direitos, se unam, não oprimam os nossos irmãos oprimidos já por tanta transfobia e sofrimento. (...) Vamos nos respeitar, nos unir, nos fortalecer (...). Façam grupos, ampliem a rede, se orgulhem de ser trans. Faremos um novo mundo! Mais humano, sem machismo, preconceito ou misoginia. (...) Beijos no coração de todos e não se acovardem. Ser o que somos não tem preço, viver uma mentira nos enlouquece”. – João W. Nery (1950 – 2018) ●

VEJA COMO É EMPREGADO O VALOR QUE VOCÊ PAGA DE ANUIDADE AO CRP-RJ

BALANÇO FINANCEIRO DO CRP-RJ DE 1º DE JANEIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2018.

A única fonte de receita do CRP-RJ provém do pagamento das anuidades pelas (os) psicólogas (os). É importante ressaltar que a anuidade é um tributo federal regulamentado pela Lei nº 5.766, de 1971, e é através dessa arrecadação que o CRP-RJ desenvolve, em todo o estado do Rio de Janeiro, ações de orientação e fiscalização e demais atividades voltadas à valorização da Psicologia e da (o) psicóloga (o) junto à sociedade.

Além disso, vale lembrar, conforme apontado em edições anteriores do Jornal do CRP-RJ, que 25% do valor das anuidades pagas ao CRP-RJ é repassado para o Conselho Federal de Psicologia. Os 75% remanescentes se tornam receita para o CRP-RJ, receita essa destinada ao pagamento da folha salarial dos funcionários, às despesas correntes – como contratos de prestação de serviços vigentes, tributos e impostos – e às ações do CRP-RJ junto às (aos) psicólogas (os) e à sociedade.

O valor da receita que venha a sobrar no fim do ano se torna o superávit financeiro. Esse superávit é investido em aplicação no Ban-

co do Brasil (CDB) para ser utilizado oportunamente em possíveis ações emergenciais e/ou de manutenção e expansão do CRP-RJ.



Iniciamos o ano de 2018 com R\$ 705.092 aplicados em CDB. No período de janeiro a setembro, foram pagos ao CRP-RJ R\$ 11.453.398 referentes à arrecadação proveniente das anuidades. Deste valor, R\$ 2.865.354 foram repassados ao CFP, nos deixando uma receita líquida de R\$ 8.588.044. Levando em consideração o valor de R\$ 705.092 procedente de superávits anteriores, a receita líquida do CRP-RJ no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018 foi de R\$ 9.293.136.

Entre janeiro e setembro, foram despendidos R\$ 3.642.371 com a fo-

lha de pagamento e R\$ 2.555.678 com manutenção, despesas correntes, impostos e contratos. Assim, terminamos o mês de setembro de 2018 com o saldo de R\$ 3.072.856.

Mais informações podem ser encontradas no Portal de Transparência do CRP-RJ. Acesse <www.crp-rj.org.br/site/transparencia/> e confira!

Racionalização dos gastos

O presente cenário de crise econômica no país, e no estado do Rio em particular, está afetando diretamente muitas (os) psicólogas (os), que têm perdido postos de trabalho ou estão com seus salários atrasados, conforme noticiamos na edição passada do Jornal do CRP-RJ.

A atual gestão do CRP-RJ está atenta à gravidade dessa situação e têm empreendido, desde 2017, severos esforços na racionalização do emprego dos recursos financeiros de modo, porém, a não prejudicar o funcionamento da autarquia. Além disso, tem proposto, desde 2016, reajustes mínimos na anuidade, seguindo apenas as variações percentuais da inflação segundo o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). ●

ANUIDADE PARA 2019 É REAJUSTADA APENAS CONFORME INFLAÇÃO

ASSIM COMO EM ANOS ANTERIORES, O ÍNDICE DE REAJUSTE SEGUINDO APENAS A VARIAÇÃO PERCENTUAL DA INFLAÇÃO FOI PROPOSTO PELA GESTÃO DO CRP-RJ.

As (os) psicólogas (os) presentes na Assembleia Orçamentária realizada no dia 19 de outubro, na sede do CRP-RJ, aprovaram por unanimidade a proposta de reajuste na anuidade 2019 de 3,61%, referente à inflação acumulada entre agosto de 2017 e julho de 2018, segundo o INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor].

Dando início ao evento, o conselheiro-presidente do CRP-RJ, Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), destacou que a Assembleia Orçamentária é aberta à participação de toda a categoria e promovida anualmente com o intuito de dar transparência aos processos de gestão administrativo-financeira do CRP-RJ.

Em seguida, o conselheiro-tesoureiro, Achilles Miranda Dias (CRP 05/27415), explicou que “a Assembleia Orçamentária é o momento em que os psicólogos se reúnem para decidir os valores da anuidade do ano seguinte e também o momento quando apresentamos o balanço financeiro dos gastos do CRP-RJ e uma previsão orçamentária para o ano subsequente”.

A anuidade para pessoa física ficou estabelecida em R\$ 508,94 (quinhentos e oito reais e noventa e quatro centavos) e, para pessoa jurídica, em R\$ 637,03 (seiscentos e trinta e sete reais e três centavos).

O vencimento da anuidade é 31 de março de 2019. Porém, quem fizer o pagamento à vista antecipado terá direito a desconto, conforme tabela o lado.

VENCIMENTO	DESCONTO	P. FÍSICA	P. JURÍDICA
31-jan-19	10%	R\$ 458,69	R\$ 573,96
28-fev-19	5%	R\$ 483,81	R\$ 605,50
31-mar-19	-	R\$ 508,94	R\$ 637,03

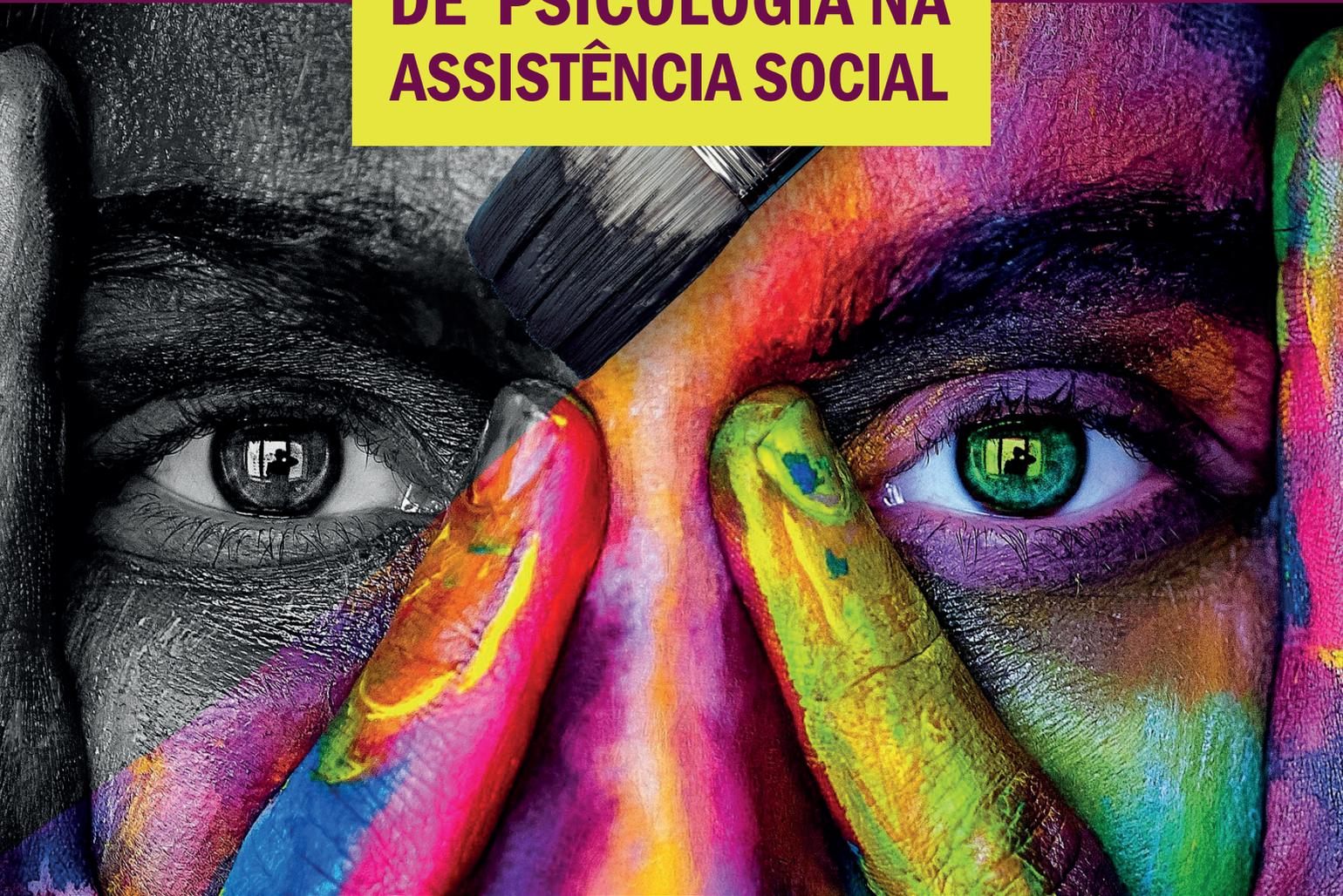
Quem preferir, poderá pagar a anuidade em cinco parcelas sem juros. Para essa modalidade de pagamento, não há possibilidade de desconto. Confira na tabela abaixo:

PARCELA	P. FÍSICA	P. JURÍDICA	VENCIMENTO
1ª	R\$ 101,79	R\$ 127,40	31/01/2019
2ª	R\$ 101,79	R\$ 127,40	28/02/2019
3ª	R\$ 101,79	R\$ 127,40	31/03/2019
4ª	R\$ 101,79	R\$ 127,40	30/04/2019
5ª	R\$ 101,77	R\$ 127,42	31/05/2019
TOTAL:	R\$ 508,94	R\$ 637,03	

Ainda durante a Assembleia Orçamentária, foram aprovados também o orçamento do CRP-RJ para 2019 e reajustes nas taxas e multas. Para saber mais, acesse <www.crprj.org.br/site/category/assembleia-orcamentaria/>.

A Assembleia Orçamentária foi amplamente divulgada no site, nas mídias sociais e nos informativos on-line do CRP-RJ desde setembro. O evento é aberto à participação de todas (os), mas somente as (os) psicólogas (os) em pleno gozo de seus direitos (ativos e adimplentes) têm direito a voto. O evento foi transmitido ao vivo e on-line pela página do CRP-RJ no Facebook. ●

IV SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Minorias, transversalidades e resistências ético-políticas

MAIS INFORMAÇÕES EM JANEIRO. FIQUE LIGADO!



PRÉ-CONGRESSO REGIONAL DA
PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

www.crprj.org.br



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO